

ADRIANA KARLA DE CARVALHO PAIVA



# HORTAS URBANAS:

---

ESTRUTURANDO SISTEMAS VERDES NO  
BAIRRO DE PEIXINHOS - RECIFE, PE.

---





UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ADRIANA KARLA DE CARVALHO PAIVA

**HORTAS URBANAS:**

**Estruturando sistemas verdes no bairro de Peixinhos - Recife, PE.**

Recife

2024

ADRIANA KARLA DE CARVALHO PAIVA

## **HORTAS URBANAS:**

**Estruturando sistemas verdes no bairro de Peixinhos - Recife, PE.**

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientador: Dra. Onilda Gomes Bezerra

Coorientador: Me.Célio Henrique Rocha Moura

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Paiva, Adriana Karla de Carvalho.

HORTAS URBANAS: Estruturando sistemas verdes no bairro de Peixinhos  
- Recife, PE. / Adriana Karla de Carvalho Paiva. - Recife, 2024.  
101 p. : il.

Orientador(a): Onilda Gomes Bezerra

Coorientador(a): Célio Henrique Rocha Moura

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -  
Bacharelado, 2024.

Inclui apêndices.

1. Planejamento Urbano. 2. Projeto Urbanístico. 3. Hortas Urbanas. 4.  
Paisagismo. I. Bezerra, Onilda Gomes . (Orientação). II. Moura, Célio Henrique  
Rocha. (Coorientação). IV. Título.

720 CDD (22.ed.)



# AGRADECIMENTOS

Encerrar este ciclo não seria possível sozinha, ainda que em muitos momentos me sentisse como tal. Nessa fase em que duvidei do que queria, em que não via mais sentido em continuar, essas pessoas fizeram a diferença.

Dedico esta conquista à minha família, porque eles me compreenderam, me acolheram, torceram por mim mesmo no meu pior momento e são, hoje e sempre, o meu porto seguro. Adriano, Dora e Léo, eu amo muito vocês.

À Minha orientadora querida, Onilda, que com tanto carinho se dedica em prol dos alunos, e que me deu todo suporte para fechar este ciclo. Não consigo expor em palavras o meu sentimento de gratidão por tudo que fez por mim e hoje sei que fiz a escolha certa. Ao meu coorientador, Célio, a quem admiro e desejo todo sucesso em seus desafios e conquistas.

Aos amigos queridos do curso e da vida, ao meu GE (Emilly, Marcondes e Otávio), assim como a todos os professores do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco pelo aprendizado e exemplo.

Serei sempre grata a vocês!

## **RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso sintetiza uma investigação urbano-paisagística visando a uma ação projetual num espaço livre público onde o elemento estruturador são hortas urbanas entendidas segundo um sistema de áreas verdes que serve de diretriz para o ordenamento espacial e para a manutenção das dinâmicas biofísicas e socioculturais que subsistem no território estudado conforme as bases da sustentabilidade dos processos naturais e humanos e a compreensão da paisagem como uma unidade sistêmica. O objeto de estudo é o bairro de Peixinhos-Recife onde a atividade de hortas já é uma prática social desenvolvida pela comunidade local e o espaço livre alvo da intervenção paisagística é a Praça Flávia Negromonte, área para onde confluem o rio Beberibe e o Canal do Arruda. Como objetivo geral, tem-se o desenvolvimento de um projeto paisagístico em nível de estudo preliminar para a praça, concebida segundo os princípios de um sistema de espaços livres, tendo as hortas urbanas como elemento articulador do processo de construção espacial. Para a análise, foram realizados levantamentos historiográficos e cartográficos sobre a área; consulta aos instrumentos de planejamento oficial para a região (legislações, planos, programa, projetos e ações públicas); visitas de campo para observações do terreno e da comunidade existente; realização de registros fotográficos; e ausculta informal a alguns residentes locais. Como resultados, apresenta-se um estudo de intervenção paisagística para a praça e são apontadas algumas diretrizes voltadas para o planejamento físico-territorial e socioambiental dos espaços livres públicos considerando a implementação da agricultura urbana nos bairros periféricos como um meio de minimização da vulnerabilidade social quanto à segurança alimentar e amenidade ambiental.

Palavras-chave: Hortas urbanas. Espaços livres públicos. Sistema de espaços livres. Sustentabilidade. Paisagem.

## **ABSTRACT**

### **SUMMARY**

This Course Completion Work synthesizes an urban-landscape investigation aiming at a design action in a public open space where the structuring element is urban gardens understood according to a system of green areas that serves as a guideline for spatial planning and maintenance of dynamics biophysical and sociocultural aspects that subsist in the studied territory according to the bases of sustainability of natural and human processes and the understanding of the landscape as a systemic unit. The object of study is the Peixinhos-Recife neighborhood where vegetable gardening is already a social practice developed by the local community and the free

space targeted by the landscaping intervention is Praça Flávia Negromonte, an area where the Beberibe River and the Canal do Arruda. The general objective is to develop a landscaping project at a preliminary study level for the square, designed according to the principles of a system of open spaces, with urban gardens as an articulating element of the spatial construction process. For the analysis, historiographical and cartographic surveys were carried out on the area; consultation of official planning instruments for the region (legislation, plans, programs, projects and public actions); field visits to observe the land and the existing community; making photographic records; and informal consultation with some local residents. As results, a landscape intervention study for the square is presented and some guidelines are highlighted aimed at the physical-territorial and socio-environmental planning of public open spaces considering the implementation of urban agriculture in peripheral neighborhoods as a means of minimizing social vulnerability in terms of food security and environmental amenity.

Keywords: Urban gardens. Public open spaces. Free space system. Sustainability. Landscape.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Horta Comunitária de Casa Amarela.	35
Figura 2 –	Representação Gráfica do Projeto para Horta Urbana de Santa Luzia.	36
Figura 3 –	Mutirão realizado com moradores da Vila de Santa Luzia para limpeza e adubação do terreno para a horta comunitária.	36
Figura 4 –	Antes e Depois da Paisagem do local de intervenção em Santa Luzia após implementação da Horta Comunitária.	36
Figura 5 –	Mapa de localização do bairro de Peixinhos em Recife(PE).	40
Figura 6 –	Mapa de alocação dos principais equipamentos do bairro.	41
Figura 7 –	Lavadeiras nas águas do Beberibe.	43
Figura 8 –	Matadouro de Peixinhos em 1925.	44
Figura 9 –	A Fábrica Fosforita em 1960.	45
Figura 10 –	Projeto de restauro do Matadouro (Nascedouro) de Peixinhos.	46
Figura 11 –	Movimentos Culturais Equipamentos com sede no Nascedouro de Peixinhos.	47
Figura 12 –	Imagem de Satélite de Peixinhos (2009) antes das obras do Pac Beberibe.	49
Figura 13 –	Imagem de Satélite de Peixinhos (2020) após as obras do PAC Beberibe.	49
Figura 14 –	Ruínas do Matadouro, em visita técnica de gestores da prefeitura de Olinda em 2022.	50
Figura 15 –	Zoneamento de Peixinhos segundo o Plano Diretor de Recife (2021).	52
Figura 16 –	Análise espacial da ocupação do solo e espacialidade na área de estudo.	54
Figura 17 –	Cursos d’água como linhas de forças associados às manchas verdes da vegetação.	55

Figura 18 –	Fotografias dos cultivos populares em Peixinhos às margens do Rio Beberibe e do Canal do Arruda.	58
Figura 19 –	Algumas espécies de vegetação identificadas em Peixinhos.	58
Figura 20 –	Dia de mutirão para cuidados com a Horta e rodas de conversa com os trabalhadores voluntários.	60
Figura 21 –	Horta Popular Agroecológica Dandara e seu contexto no terreno do Nascedouro.	61
Figura 22 –	Oficinas de Compostagem para os voluntários da Horta Dandara.	61
Figura 23 –	Algumas espécies vegetais identificadas na Horta Popular Agroecológica Dandara.	61
Figura 24 –	Tabela Síntese das atribuições feitas pelas entrevistas informais segundo a nível de prioridades dos programas sugeridos.	62
Figura 25 –	Mapeamento dos locais de aplicação das entrevistas.	63
Figura 26 –	Mapeamento das Hortas Comunitárias e iniciativas populares de cultivo em Peixinhos e algumas vistas fotográficas.	64
Figura 27 –	Diagrama demonstrativo da infraestrutura no modelo de agricultura urbana de Erechim-RS.	66
Figura 28 –	Estudo de distribuição da infraestrutura para a agricultura urbana da cidade de Erechim (RS) e croquis ilustrativos do autor.	67
Figura 29 –	Mapeamento dos cultivos espontâneos de Peixinhos e terrenos potenciais de implantação de hortas urbanas.	68
Figura 30 –	Processo de identificação das áreas de influência da agricultura urbana em Peixinhos.	69
Figura 31 –	Fluxos principais, secundários e conectores propostos.	70
Figura 32 –	Fluxos principais, secundários e conectores propostos.	70
Figura 33 –	Identificação da possível área central de influência da agricultura urbana de Peixinhos.	70
Figura 34 –	Diretrizes espacializadas para o Sistema Verde de Peixinhos.	72

Figura 35 –	Vista aérea da praça Flávia Negromonte e vistas.	74
Figura 36 –	Fotocolagem acerca da paisagem de Peixinhos.	75
Figura 37 –	Perspectiva aérea do projeto para o Parque Público da lagoa de Carapicuíba-SP.	77
Figura 38 –	Montagem fotográfica contendo a implantação do projeto e perspectivas.	78
Figura 39 –	Perspectiva aérea do projeto para o Parque Mangal das Garças, Belém-PA.	79
Figura 40 –	Esquema de gestos projetuais parao estudo preliminar.	80
Figura 41 –	Estudos iniciais de projeto para a praça Flávia Negromonte, 2023.	81
Figura 42 –	Plano Geral: Estudo Preliminar para a intervenção paisagística da praça Flávia Monte Negro em Peixinhos, Recife-PE.	83
Figura 43 –	Quadro de texturas de Piso.	84
Figura 44 –	Representação do talude e pergolado em planta.	85
Figura 45 –	Representação da Horta Urbana em planta.	86
Figura 46 –	Croqui da Horta Urbana de Peixinhos.	86
Figura 47 –	Elsa Eschelsson's Park, referência projetual para arquibancada a beira-rio.	87
Figura 48 –	Esquema demonstrativo de disposição da vegetação segundo as espécies.	88
Figura 49 –	Espécies recomendadas para a Horta Urbana de Peixinhos.	90

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>HORTAS URBANAS E O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES.....</b>	<b>14</b>
2.1	AGRICULTURA URBANA: CONCEITO, POTENCIALIDADES E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	14
2.2	AGRICULTURA URBANA E SUAS FACES DE DESENVOLVIMENTO.....	19
2.3	AGRICULTURA URBANA NO BRASIL E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	23
2.4	AGRICULTURA URBANA E OS ESPAÇOS LIVRES.....	26
<b>2.4.1</b>	<b>A Agricultura inserida na Infraestrutura Verde Urbana.....</b>	<b>30</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Hortas Urbanas: Uma Prática a Caminho da Institucionalização.....</b>	<b>32</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Uma Perspectiva para a Implementação das Hortas Urbanas em Recife (PE).....</b>	<b>34</b>
<b>3</b>	<b>PEIXINHOS: (RE)CONHECENDO O BAIRRO DO NASCEDOURO.....</b>	<b>40</b>
3.1	ASPECTOS GERAIS.....	40
3.2	UM BREVE HISTÓRICO.....	42
3.3	ASPECTOS LEGAIS E ATRIBUTOS AMBIENTAIS.....	51
3.4	UMA ANÁLISE SOBRE PEIXINHOS.....	53
<b>4</b>	<b>HORTAS EM SISTEMA: CONCEPÇÕES PARA O SISTEMA VERDE DE PEIXINHOS.....</b>	<b>57</b>
4.1	A AGRICULTURA URBANA DE PEIXINHOS.....	57
4.2	ESTUDO REFERENCIAL: CENTRO MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA DE PARA ERECHIM (RS).....	65
4.3	O SISTEMA VERDE DE PEIXINHOS: ESTRUTURANDO DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES.....	68
<b>5</b>	<b>ENTRE HORTAS E RIOS: UMA PROPOSTA PARA A PRAÇA FLÁVIA NEGROMONTE.....</b>	<b>74</b>
5.1	CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS PARA O OBJETO DE INTERVENÇÃO.....	74
<b>5.1.1</b>	<b>Referência Projetual: Parque Gabriel Chucre.....</b>	<b>76</b>
<b>5.1.2</b>	<b>O Paisagismo do Parque Mangal das Garças.....</b>	<b>79</b>
5.2	TRAÇOS PROJETUAIS PARA PEIXINHOS.....	80
5.3	ESTUDO PRELIMINAR PARA A PRAÇA FLÁVIA NEGROMONTE.....	82

5.4	SOBRE O ORDENAMENTO DA VEGETAÇÃO URBANA E HORTAS.....	88
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>

**ANEXO A – DIRETRIZES PARA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO  
BAIRRO DE PEIXINHOS- RECIFE,PE.**

**ANEXO B – ESTUDO PRELIMINAR DE INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA DA  
PRAÇA FLÁVIA NEGROMONTE EM PEIXINHOS - RECIFE-PE. PLANO  
GERAL DE PAGINAÇÃO E VEGETAÇÃO.**

**ANEXO C – QUADRO DE VEGETAÇÃO PROPOSTA.**

## 1 INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas enfrentam hoje os desafios de uma ocupação desordenada. O crescimento acelerado dos centros urbanos nas últimas décadas, especialmente no Brasil, ocasionou um aumento abrupto na demanda por moradia e infraestrutura urbana, sem que a administração pública o conseguisse acompanhar. No Recife, tal descaso se reflete na precária situação de comunidades segregadas que se formaram em áreas inapropriadas à moradia, seja pelos aspectos morfológicos do terreno ou mesmo ocupando áreas de extremo valor ambiental para o Recife como, por exemplo, as ocupações irregulares em palafitas e barracos de madeira que margeiam os rios e manguezais.

Essa ocupação desenfreada e sem regulamentação, somada ao descaso do poder público quanto ao gerenciamento e fiscalização das questões de uso e ocupação do tecido urbano, tem causado consequências catastróficas à qualidade ambiental da cidade, proporcionando por vezes à paisagem da mesma um aspecto de hostilidade e de descuido com relação a seus espaços livres. Apesar deste cenário desfavorável, crescentes iniciativas comunitárias buscam pelas próprias forças mudar essa realidade, organizando-se e motivando-se para converter vazios urbanos abandonados e insalubres em espaços de usufruto e bem-estar coletivo.

A ação de comunidades como a do bairro de Peixinhos (Recife-PE) - objeto de estudo deste trabalho - expressa um movimento popular de anseio por uma transformação espacial e paisagística de espaços livres subutilizados, ou em abandono, através do cultivo de hortaliças e espécies ornamentais que conseguem trazer de volta a ambiência do verde e resgatar, ainda que de maneira informal e improvisada, os benefícios da vegetação e conexão com o ambiente natural. No mesmo bairro, onde ficam as ruínas do antigo matadouro de Peixinhos, o cenário de abandono virou “nascidouro” de um novo uso que, através do trabalho voluntário de organizações populares, cultiva no território alimentos que promovem segurança alimentar aos moradores carentes das proximidades.

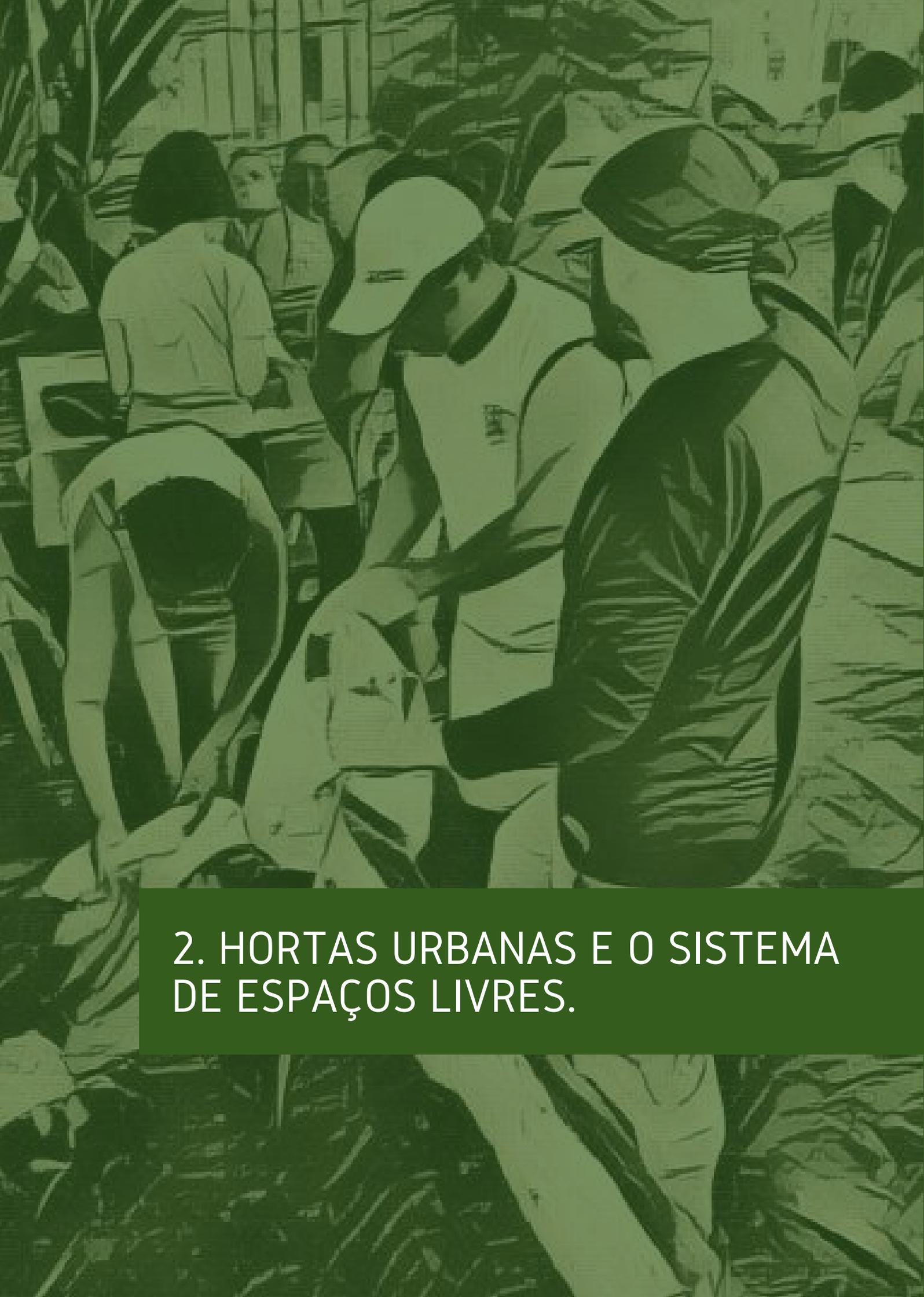
O movimento crescente de iniciativas de hortas no meio urbano, constitui o motivador investigativo deste trabalho, na tentativa de entender as faces de desenvolvimento desta atividade nas cidades e investigar as maneiras de inserção desses pontos cultiváveis no cotidiano intenso das grandes cidades. Isto posto, o trabalho aqui exposto propõe uma análise acerca da ocorrência das hortas nos grandes centros urbanos e como tal atividade pode influenciar na qualidade ambiental dos espaços livres públicos ao ponto de tornar-se parte da vivência comunitária e gerar, por conseguinte, mudanças substanciais na relação afetiva da mesma com espaços antes esquecidos e hostilizados.

Como objeto de estudo, o bairro de Peixinhos foi escolhido pelas práticas de cultivo espontâneo já existentes, revelando na comunidade uma vocação que pode ser potencializada. Pretende-se com este exercício, chegar a diretrizes de atuação para a melhoria dos espaços livres do bairro utilizando o caráter de sustentabilidade das hortas urbanas. Para tanto, busca-se compreender as hortas para além de intervenções pontuais, inserindo-as em um sistema de espaços livres segundo os princípios do desenvolvimento sustentável das cidades. Como resultado final, espera-se obter diretrizes concretas de atuação para uma intervenção paisagística no bairro de Peixinhos, aplicando as concepções adquiridas com este estudo.

O processo investigativo consistirá numa análise da agricultura urbana no cenário contemporâneo das cidades, traçando um panorama recente da atividade com base em estudos acadêmicos e buscando identificar as potencialidades da mesma ao contexto urbano. Também procura-se identificar a existência de políticas públicas de incentivo para os cultivos urbanos e como as gestões públicas têm lidado com essas iniciativas de apropriação dos espaços públicos para a criação das hortas.

Após a primeira abordagem conceitual, o intuito investigativo será voltado a aprofundar o conhecimento acerca do bairro de Peixinhos, entendendo os processos de ocupação, sua história e o perfil da comunidade, para captar a essência do bairro e, por meio destas apreensões, buscar respaldo para as intenções projetuais subsequentes. O passo seguinte consiste em um reconhecimento dos cultivos em espontâneos em Peixinhos, através visitas a campo, registros fotográficos e uma ausculta informal aos moradores do bairro,

buscando compreender as impressões e os anseios da comunidade com relação aos espaços livres do bairro para levantar argumentos possam validar, ou não, o uso das hortas como articuladores de um sistema verde para peixinhos e, dentro desta abordagem, trazer uma proposta de intervenção paisagística em forma de estudo preliminar para a praça Flávia Negromonte, um dos principais equipamentos do bairro.

A photograph of a group of people, including children and adults, working in an urban garden. They are wearing white t-shirts and caps, and are focused on their tasks. The scene is overlaid with a semi-transparent green filter. In the bottom right corner, there is a dark green rectangular box containing white text.

## 2. HORTAS URBANAS E O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES.

## **2 HORTAS URBANAS E O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES**

### **2.1 AGRICULTURA URBANA: CONCEITO, POTENCIALIDADES E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.**

As práticas de manejo de solo, plantio e criação de animais não são novidades no meio urbano (COUTINHO, 2010). Apesar destas serem atividades associadas ao meio rural, as recentes discussões acerca do desenvolvimento sustentável das cidades frente ao crescimento populacional acelerado e seus desafios, têm trazido à tona a discussão sobre práticas que se utilizam do espaço urbano das cidades para tentar mitigar os efeitos da insegurança alimentar e diminuir a dependência dos modos extensivos de produção rural. Tal fato tem levado o tema da agricultura praticada nas cidades a um patamar inédito, despertando o interesse acadêmico, institucional e governamental, que procura cada vez mais a inclusão dessa pauta nos planos de governo.

Por definição, o termo "agricultura" diz respeito aos procedimentos, métodos e técnicas que tornam possível a produção de alimentos para o consumo humano ou para a indústria (In.: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023). Segundo Madaleno (2000), o termo agricultura representaria as formas de transformação do meio natural para a produção de matérias vegetais e a criação de animais úteis ao homem. Por esse mesmo pressuposto, a agricultura urbana representará o conjunto dessas mesmas atividades ocorrendo em meio urbano, sendo este compreendido pelas áreas intersticiais não-construídas e as áreas periurbanas, que são as adjacências dos centros urbanos. A inserção das práticas agrícolas no contexto das cidades torna a agricultura urbana uma modalidade com características próprias e podendo abranger uma grande "variedade de tipologias como: hortas urbanas, jardins agrícolas, arborização urbana com frutíferas, quintais agroflorestais, plantação e uso de plantas medicinais e ornamentais, ocupação de lotes vazios e o cultivo em recipientes e/ou vasos nas varandas, terraços e paredes de estruturas construídas" (TEIXEIRA, 2016, p.12).

O autor Luc Mougeot, aponta para a necessidade de uma melhor compreensão do conceito de Agricultura Urbana para melhor explorar seus potenciais e agir conscientemente em sua gestão:

O conceito de Agricultura Urbana precisa evoluir a partir de nossa necessidade de codificar e refinar a nossa experiência perceptiva com relação a um fenômeno mundial relativamente novo, de modo a assegurar que ele continue ou se torne mais útil para nós, quando e onde precisarmos dele. Sua identidade depende dessa funcionalidade externa tanto quanto depende de sua coerência interna (REVISTA DE AGRICULTURA URBANA, 2000, p.8).

Com relação à coerência interna, o autor traz uma reflexão feita ao pensar no que seria a AU (Agricultura Urbana), pois tal definição precisaria levar a uma construção conceitual que reflita também as experiências do mundo real. Quanto à funcionalidade externa, seria a importância de conhecer a relação da AU com outros conceitos como: agricultura rural, desenvolvimento sustentável ou os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos, por exemplo. Portanto, um conceito ideal deve ser claro para que se possa abarcar os dois aspectos anteriormente citados (REVISTA DE AGRICULTURA URBANA, 2000, p.9).

Pelas suas características singulares, encontrar uma definição que possa traduzir integralmente o que a agricultura urbana representa tem se mostrado um processo desafiador (PINTO, 2007). Mougeot ajuda a esclarecer essa questão colocando atributos nos quais a AU pode se apresentar (REVISTA DE AGRICULTURA URBANA, 2000, p.10). Os principais atributos ou fatores são:

- **Tipos de Atividade econômica:** refere-se ao tipo de atividade produtiva da agricultura incluindo também seu processamento, comercialização e a interação entre as mesmas;
- **Localização:** importante definir onde será praticada a atividade que, para o caso da AU, seriam os centros urbanos e seus arredores imediatos (área periurbana);
- **Tipo de área onde é praticada:** considerar o local de residência do produtor (dentro ou fora do lote onde reside), a situação da área (construído ou baldio), modalidade do uso ou posse (cessão, usufruto,

arrendamento, transação comercial e entre outros) ou a categoria oficial do uso do solo (Zoneamento urbano);

- **Escala e Sistema de Produção:** envolvimento com empresas de pequeno, médio ou grande porte; individual ou familiar; e as formas de interação da AU com outras funções urbanas;
- **Tipos de Produtos:** fundamental saber do que trata a produção; os tipos de colheita e os tipos de animais; a categorização de produtos alimentícios e/ou a origem animal;
- **Destinação dos produtos:** recomendável identificar para quem está destinado, se para autoconsumo ou comércio.

Em geral, a agricultura urbana possui como seu principal diferencial a distinção da agricultura rural, que está baseada na sua integração no sistema econômico e ecológico urbano, denominado de ecossistema urbano (PINTO, 2007, p. 52). O princípio desta integração pode ser reconhecido em três situações, segundo Mougeot:

- A. Em qualquer cidade e em qualquer momento, seus alimentos são produzidos por uma agricultura que é de caráter rural, periurbana (adjacências das cidades) e intra-urbana (no interior das cidades), já que as três interagem e se complementam;
- B. Em qualquer momento, ainda que em cidades de complexidades diferentes, a agricultura nelas praticadas será do tipo urbano (caracterizado por uma produção intensiva e produtiva) nos centros maiores que nos menores;
- C. Em qualquer cidade, durante o processo de urbanização, a agricultura de tipo urbano e intensivo crescerá como porcentagem de toda agricultura realizada na cidade. Ou seja, à medida que haja a diminuição dos lotes disponíveis para cultivo, os sistemas de produção se intensificam e se especializam.

Ainda que a tendência seja pensar que não existe agricultura nas cidades, a verdade é que ela não deixou de ser praticada na grande maioria delas mesmo

após o período da Revolução Industrial (PINTO, 2007, p.49). Como explica Telles (1996), "... a cidade nasceu da invenção da agricultura sedentária. Durante muitos séculos e milênios, essa cidade, pontual no território, opunha-se, de certa maneira, ao espaço rural e ao ermo. Opunha-se como imagem, mas não como essência. E isso era fundamental." E no contexto atual, de grande concentração populacional e crescimento acelerado das cidades, muito há que se discutir acerca de ações que possam melhorar as condições de vida de seus habitantes. Nesse aspecto, a AU-pode ser encarada como uma estratégia importante para o desenvolvimento sustentável das cidades podendo contribuir para mitigar problemas socioambientais desafiadores como a fome e a baixa qualidade ambiental dos espaços livres públicos, potencializando estes como amenizadores climáticos, áreas de trocas socioculturais, convivência e organização social voltada para as demandas socioambientais.

Segundo Coutinho (2010), até meados da década de 70, os movimentos ambientalistas enxergavam as cidades como um elemento consumidor de recursos naturais. Terminaram assim por fixar suas pesquisas nos processos biológicos e naturais, e deixando de fora os estudos ecológicos em áreas urbanas, o que denota uma certa dificuldade em compreender a ecologia e a biodiversidade que estão inseridas no ambiente construído. A cidade nas décadas de 60 e 70 era compreendida pelos teóricos de inspiração marxista como um "produto social", fruto das ações humanas sobre o espaço e sob influência da urbanização capitalista que, segundo o autor Topalov (1979), seria uma combinação de diversos processos privados de apropriação do espaço urbano, fazendo da cidade uma concentradora das condições para produção e circulação do capital, ou seja, a cidade seria uma formação de elementos físicos que dão suporte à reprodução do sistema capitalista (COUTINHO, 2010, p.46-47).

Tal concepção reforça uma visão dualista entre sociedade e natureza, que predominou durante a segunda metade do século XX. A cidade seria vista como o ambiente construído cujo modo de vida era urbano e industrial, quando por outro lado, a natureza seria colocada a serviço da ação humana, desde que não fosse local protegido, e viver em proximidade com a mesma seria sinal de pouca civilidade (COUTINHO, 2010, p.47).

A concepção de cidade em oposição ao meio natural começa então a ser questionada por movimentos ambientalistas europeus na década de 1980 . Uma série de desastres ambientais ocorridos entre as décadas de 1930 e 1960 já vinham tornando evidentes as fragilidades do modelo urbano-industrial. Ainda que muito conhecimento técnico tenha sido produzido no sentido de tornar eficiente a manipulação da natureza em prol do benefício humano, era notório que tais avanços não acontecessem na mesma medida que a compreensão do ambiente. A partir disso, novas ideias surgiram tendo em vista a compreensão das cidades pelo aspecto ambiental, passando-se a enxergá-las como um ecossistema (COUTINHO, 2010, pág.48)

Esse novo viés de pensamento permitiu também o questionamento acerca do modo de produção industrial de alimentos. Como aborda Coutinho (2006), a produção de alimentos em grande escala e longe de seu destino final de consumo, para onde deveriam ser transportados, demonstrava-se insustentável à medida que a cidade passa a ser encarada como um ecossistema no qual devem existir trocas de energia e matéria, continuamente. O cultivo de alimentos dentro das cidades poderia trazer benefícios de ordem ambiental para as cidades como a redução do consumo de combustível fóssil, a manutenção de áreas permeáveis, a melhoria da biodiversidade local e, sobretudo, ao trazer novas possibilidades de compreensão do espaço urbano (COUTINHO, 2010, p.48). É necessário romper com a noção de separação artificial entre o rural X urbano e passar a se perceber que estes ambientes são como um sistema afinal, independente de movimentos migratórios ou de urbanização, eles estão vinculados entre si de alguma maneira (REVISTA DE AGRICULTURA URBANA, 2000, p.19).

A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses elementos possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas. (COUTINHO, 2010, p.48)

A emergência do pensamento ambiental, na década de 80, somada aos desafios do crescimento urbano acelerado, fomentou os debates sobre a agricultura urbana como resposta à pobreza e fome alarmantes, principalmente

na década de 90. As potencialidades desta atividade para a resolução dos problemas socioambientais citados poderiam ser esclarecidas em três argumentos principais, segundo Coutinho (2010): promover **idades ecológicas**, **idades produtivas** e **idades inclusivas**. Nesta conclusão, destaque-se a necessidade de inclusão dos mais vulneráveis, incluindo-os não só no processo de produção de hortas urbanas, mas nas vivências socioculturais de recreação, lazer, esportes e atividades culturais que esses espaços livres promovem.

## 2.2 AGRICULTURA URBANA E SUAS FACES DE DESENVOLVIMENTO.

A Agricultura Urbana está em evolução de sua capacidade para enfrentar diversos desafios do desenvolvimento e tem sido estimulada por uma complexa rede de fatores ainda não muito claramente entendidos, como a pobreza e a insegurança alimentar (REVISTA DE AGRICULTURA URBANA, 2000, p. 8). Com a elevada concentração populacional e crescente urbanização a que assistimos acontecer nos centros urbanos, torna-se necessário melhorar as condições de vida dos seus habitantes, podendo a agricultura urbana representar uma estratégia para um desenvolvimento sustentável das cidades (COUTINHO, 2006).

Como aborda Girardet (2007), as mesmas tecnologias energéticas que tornaram possíveis a existência de cidades com milhões de habitantes, conduziram igualmente a uma mecanização da agricultura, ocasionando a redução dos empregos nas regiões rurais e ao mesmo tempo abastecendo de alimentos as cidades distantes por meio de novos sistemas de distribuição de alimentos, que consistiam em imensos armazéns, comumente localizados nas beiras das estradas e/ou em centros comerciais fora das cidades. Os centros urbanos em crescimento exponencial passam agora a depender de enormes quantidades de alimentos trazidos de fora do território que ocupam e à medida que o mundo se urbaniza, torna-se contínua a busca por terra para produção de comida. Tal cenário, torna propícia a possibilidade de reanimar ou incentivar a agricultura urbana como medida de desafogo dos sistemas de produção tradicionais e terras de cultivo.

Esse crescimento urbano se mostra como um problema para a administração dos governos. Identificar formas de prover alimentos e abrigo aos residentes das cidades ou criar “cidades sustentáveis” é um desafio permanente para as autoridades em todo o mundo. Proporcionar segurança alimentar pode depender de diversos fatores, dentre eles:

- A disponibilidade de alimentos, ou seja, como funcionam os sistemas de produção de alimento local, a necessidade ou não de importações, a relação de produção entre urbano e rural, etc.;
- O acesso aos alimentos, que está diretamente ligado ao poder aquisitivo dos habitantes urbanos;
- A qualidade do alimento, que vai depender dos cuidados com a higiene e conservação da comida, da qualidade de produção, da administração de pesticidas, das condições sanitárias dos pontos de comercialização, etc.

Ainda que seja comum relacionar a agricultura e a produção de alimentos como atividades que só acontecem em meio rural, evidências sugerem que a agricultura urbana complementa a agricultura rural e pode aumentar a eficiência da provisão de alimentos (REVISTA DE AGRICULTURA URBANA, 2000, p.15). A produção urbana de alimentos além de aliviar a pressão sobre as terras de cultivo, como já citado anteriormente, pode contribuir facilitando o acesso a produtos que precisam ser consumidos rapidamente (perecíveis) e cujo manejo dos mesmos pela agricultura rural não seria tão eficiente. Ou seja, é a agricultura urbana como parte intrínseca da cidade, contribuindo para que se torne também uma **cidade produtiva**.

A concepção de cidade produtiva como se refere Pinto (2007), ajuda a compreender como a agricultura urbana foi apontada como uma ação potencial para dar respostas aos crescentes problemas urbanos decorrentes da crise econômica da década de 1990. Apesar do rápido e intenso processo de urbanização da sociedade brasileira, as cidades não são constituídas exclusivamente de espaços construídos. Existem práticas espontâneas que dividem o espaço urbano com as práticas hegemônicas de uso e ocupação do solo (PINTO, 2007, p.49). Nesses interstícios, a agricultura urbana pode estar

presente em quintais, oitões, recuos frontais e laterais, lajes de cobertas, coberturas residenciais, áreas livres das escolas públicas, terrenos vazios, áreas marginais ao longo de avenidas, canteiros entre vias e calçadas, e outras modalidades, formando um sistema de áreas verdes que se entremeiam pelo tecido urbano articulando-se como um todo, potencializando as condições socioambientais das comunidades locais. Revela-se como uma atividade produtiva e interativa do ponto de vista socioambiental, capaz de facilitar o acesso a alimentos para as comunidades marginalizadas e também a possibilidade de comercialização gerando oportunidade de atividades remuneradas às famílias necessitadas, além de funcionar como uma estratégia de organização social popular e bem-estar humano no meio urbano.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas considera a AU como uma atividade que contribui para a produção, processamento e a comercialização de alimentos e energia, que são destinados aos consumidores urbanos e metropolitanos, estando dessa maneira integrada ao sistema econômico e ecológico urbano (PINTO, 2007). Ela é apontada também como capaz de contribuir para a realização de três metas: a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna e assegurar o desenvolvimento ecológico-ambiental. Desse modo, a agricultura urbana pode ser enxergada como uma alternativa plausível de cultivo alimentar para atender os habitantes citadinos e pode ser adotada pelos governos locais como um instrumento de promoção da segurança alimentar e do combate à pobreza urbana, bem como a promoção do bem-estar sociocultural das comunidades, pelas atividades e usos sociais desenvolvidos nos espaços livres e pelos benefícios de amenidade climática auferidos.

Segundo Coutinho (2010), as políticas econômicas propostas pelo ideário neoliberal acabaram por ampliar a desigualdade social e provocar a marginalização econômica de uma grande parcela de trabalhadores, fazendo com que estes fossem relegados à economia informal e às áreas informais das cidades. A agricultura urbana pode promover a **cidade inclusiva** à medida que as iniciativas dos indivíduos e os saberes locais passam a ser valorizados e considerados como elementos formadores de identidade cultural (COUTINHO, 2010, p.49). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), considera que a agricultura urbana pode contribuir na economia como fonte de

trabalho, o fortalecimento da base econômica, a diminuição da pobreza, o fomento do empreendedorismo e do trabalho para mulheres e outros grupos marginalizados (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - Habitat II, 1996).

Quanto ao quesito ambiental, pode-se facilmente chegar a uma conclusão acerca da contribuição da AU para a promoção de uma **cidade ecológica**. Ao enxergar a cidade como um ecossistema, onde acontecem trocas de energia e matéria e onde coexistem o natural e o construído, seria no mínimo insustentável, produzir alimentos longe do seu destino final de consumo. Segundo Coutinho (2007), a partir do momento em que os movimentos ambientalistas da década de 80 passaram a questionar a ideia de cidade como oposição ao ambiente natural, surgiram argumentos teóricos que validaram e enxergavam benefícios na produção de alimentos nas cidades. A agricultura dentro das cidades poderia reduzir o consumo de combustível fóssil ao encurtar as distâncias percorridas pelos alimentos, assim como proporcionar uma manutenção maior e áreas permeáveis, a melhoria do clima local e da biodiversidade urbana (COUTINHO, 2010, p.48).

O fato é que a prática agrícola dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano. Ainda que interajam com as dimensões sociais, ecológicas e econômicas do meio urbano, estão em processo de serem reconhecidas e amplamente utilizadas no planejamento urbano formal. A Agricultura Urbana pode então revelar-se como uma nova função da cidade, que possui necessidades, relações e potencialidades muito além da produção de alimentos e deve ser considerada no planejamento urbano bem como atender a uma relação benéfica com os demais componentes do ambiente urbano, tais como as áreas verdes, os espaços de recreação e lazer, os edifícios, a economia, a paisagem urbana como um todo (PINTO, 2007, p.56).

Por outro lado, há o desafio de se pensar e operacionalizar o acesso às formas de uso do solo urbano, permitindo a inserção da população urbana pobre na economia urbana, podendo ser de modo informal. Tais argumentos foram apropriados por agências de desenvolvimento, ONGs internacionais e locais que passaram a apoiar financeiramente e assessorar a inserção da agricultura urbana nas políticas urbanas existentes e a formulação de novas políticas, o que gerou a

execução de programas e projetos de agricultura urbana no início do século XXI (COUTINHO, 2010).

A Agricultura Urbana é uma provocação ao pensamento que considera impossível a reversão da artificialidade das cidades ou a emergência de um novo ambiente urbano em que o habitat humano e os processos naturais coexistam. (COUTINHO, 2010, p.50)

É com essa visão ou abordagem sobre os espaços livres urbanos utilizados com agricultura urbana e/ou hortas, que se pretende lançar mão dessa ideia como uma diretriz projetual para a concepção de espaços livres públicos, segundo uma visão sistêmica de seus usos e funções sociais e ambientais, com a implementação de atividades de recreação, lazer, esportes, cultura e o cultivo de hortas urbanas. Com isso, possibilita-se também um movimento de impulsão para a conservação das condições naturais do ambiente urbano, mediante a promoção da amenidade climática, favorecimento da biodiversidade em meio urbano ou manutenção dos valores ecossistêmicos da cidade.

### 2.3 AGRICULTURA URBANA NO BRASIL E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO.

As discussões acerca da grande contribuição da Agricultura Urbana para o desenvolvimento sustentável das cidades amadurecem e embasam os argumentos que favorecem o consenso de que a mesma amplia as possibilidades de intervenção pública com benefícios socioambientais que podem se materializar na diversidade de contextos urbanos e culturais. Tais conclusões abriram caminho para a atuação de agências de desenvolvimento e ONGs internacionais e locais, que passaram a apoiar e assessorar a inserção da AU nas políticas públicas, auxiliando também na formulação de novos programas e projetos de Agricultura Urbana, no início do século XXI, contemplando diversas cidades no mundo inclusive na América Latina (COUTINHO, 2010, p.50).

Dentre as instituições envolvidas em pesquisar e apoiar a Agricultura Urbana, pode-se destacar o pioneirismo do IDRC (Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento), que procurou disseminar essa atividade e colocar em prática diversos projetos de AU em países em desenvolvimento (PNUD, 2006). Segundo Coutinho (2010), a expectativa do Centro de

Investigação era influenciar agentes nacionais e internacionais, para integrar o tema da agricultura urbana no conjunto de estratégias para o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio. Para o IDRC, a agricultura urbana constitui uma estratégia global para favorecer a segurança alimentar e combater a fome e a pobreza nas cidades (COUTINHO, 2010, p.52).

No ano de 2003, uma parceria entre programas internacionais (como o IDRC, PNUD) e os agentes locais dos municípios implementa o programa de otimização de espaços vazios para a agricultura urbana, para o caso do Brasil, no município de Governador Valadares. Localmente, o programa ficou conhecido como *Cidade Verde* e procurou sensibilizar e encontrar maneiras de inserir a agricultura no planejamento e ordenamento do espaço urbano, buscando também a criação de normas legais que pudessem facilitar o acesso à terra. Uma das etapas para esta iniciativa consistiu na elaboração de um diagnóstico para identificação das terras disponíveis para cultivo de alimentos e dos meios legais de acesso às mesmas. A partir desse estudo, foi possível a elaboração de um plano de ação e gestão em que foram propostas a criação de um fórum municipal de Agricultura, mudanças na legislação que favorecessem a prática da AU no município, bem como incentivos de crédito, insumos e a regulamentação e de espaços específicos para o uso. Os avanços e debates iniciados pelo programa, resultaram na criação do Programa de Agricultura Urbana do município de Governador Valadares, regulamentado pela lei nº 5.265 com o objetivo de combater a fome e promover o desenvolvimento do município (COUTINHO, 2010, p. 53).

Durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, no ano de 2004, foram discutidas diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e dentre elas, a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (MOREIRA, 2008). Mais tarde, em 2007, uma cooperação entre a ONG REDE Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), procurou traçar um diagnóstico sobre a condição da Agricultura Urbana e Periurbana praticada no Brasil, assim como identificar os desafios para o desenvolvimento dessa atividade. A pesquisa foi promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - e resultou na elaboração do documento

*Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana do Brasil e Diretrizes Políticas para a sua promoção* (VIDEIRO ROSA, 2011, p. 9).

A metodologia da pesquisa consistiu em identificar e caracterizar as iniciativas de AUP, por meio de relatórios regionais e mapeamentos para entender o perfil dos agricultores, o destino da produção, as tecnologias utilizadas e que parcerias eram feitas para a promoção de manutenção das atividades de cultivo em meio urbano. Com relação aos atores, VIDEIRO ROSA (2011) observa em sua análise acerca dos resultados da pesquisa, a sociedade civil e o setor privado despontam como os maiores agentes de promoção da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) em contraposição ao governo federal, estadual e municipal, no entanto, a verticalização da produção impede que a maioria das atividades se desenvolvam como atividades geradoras de renda e de mão de obra. Os resultados da pesquisa foram discutidos durante o Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, em Brasília, no ano de 2007. O evento contribuiu para qualificar as políticas de atuação do MDS, o que culminou, no ano seguinte, na estruturação de centros de apoio à AUP em regiões metropolitanas (COUTINHO, 2010,p. 54).

A pesquisa também deixa evidente a importância do poder público na promoção da Agricultura Urbana. Segundo a análise de Videiro Rosa (2011), o fato da responsabilidade acerca do planejamento urbano recair sobre o município, também permite concluir que a escala governamental de promoção da AUP também é municipal. Porém, sem uma articulação com as demais esferas de governo, o município enfrentaria sérias dificuldades de garantir os recursos e a viabilidade das atividades de cultivo em seu território (VIDEIRO ROSA, 2011, p.12). O desafio, portanto, seria um programa de governo capaz de articular as iniciativas que, em sua maioria, é realizada de maneira isolada e autônoma. O estudo também deixa evidente a predominância da agricultura urbana nas regiões Sul e Sudeste no país, com relação à existência de legislação específica de AUP aprovada ou em processo de aprovação, enquanto que nas regiões Norte e Nordeste, apenas um município, do estado do Ceará, possui legislação específica sobre o tema.

Já no ano de 2014, foi implantado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que procurou o promover o incentivo a práticas

agroecológicas nas atividades dos agricultores urbanos, isto é, produção orgânica, livre de insumos químicos e que se preocupa com a preservação dos recursos naturais do ecossistema urbano. Posteriormente, em 2019, foi aprovada também a Lei 303/19, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana, a qual concede a permissão para o uso de terrenos da União para a prática de AUP com a finalidade de aproveitar áreas ociosas de imóveis urbanos desocupados ou subutilizados, sob a análise das comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania (BRAGA, ESMERALDO & GUIMARÃES, 2022, p.4).

Como pode ser observado através do conjunto de medidas institucionais, a Agricultura Urbana vem ganhando legitimidade no Brasil como uma política Nacional que pode ter um importante rebatimento sobre as políticas urbanas caso seja “orientada para o acesso à terra urbana para a produção de alimentos, a articulação em as atividades urbanas e rurais, a qualificação ambiental de áreas vagas e degradadas e outras utilidades relacionadas ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana.” (COUTINHO, 2010, p.58).

## 2.4 AGRICULTURA URBANA E OS ESPAÇOS LIVRES

Ao analisar os efeitos da Agricultura Urbana nas cidades, também é preciso compreender bem os espaços onde esta atividade ocorre e como pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade. Para este trabalho, adotou-se a conceituação das autoras Ana Rita de Sá Carneiro e Liana de Barros Mesquita (2000) que classificam os espaços urbanos sob o ponto de vista físico como sendo:

- **Espaços Edificados:** as áreas densamente ocupadas por edificações;
- **Espaços Livres:** as áreas parcialmente ou não-edificadas que podem conter elementos construídos (ruas, avenidas, passeio, entre outros) e vegetação (parques, praças, reservas, quintais, entre outros).

Os espaços edificados atendem determinadas demandas do meio urbano como, por exemplo, moradia, comércio, educação, lazer e indústria. Enquanto que os espaços livres, assim chamados por não condicionarem as atividades de seu meio a uma edificação, estruturam a dinâmica dessas atividades, cobrindo as funções de circulação, recreação, composição paisagística e equilíbrio ambiental (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p.24). O espaço urbano seria, portanto, uma correlação entre os espaços edificados e espaços livres, articulados ou não, estabelecida por diversos fatores que incluem a cultura, o psiquismo de seus construtores e as condicionantes do meio ao longo do tempo (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p.24).

Sobre Espaços Livres, a autora Raquel Tardin (2008) esclarece que os mesmos conformam o componente mais flexível da estrutura de um território, seja funcional ou espacialmente. Podem também assumir funções de extrema importância como ser o lugar dos ecossistemas, da percepção da paisagem e de ocupações futuras, reunindo elementos biofísicos que são responsáveis pela qualidade ecológica do território, através das relações estabelecidas entre seres vivos e seu meio inorgânico (TARDIN, 2008, p.44-45). Esta autora entende que a análise, a ordenação do território e o projeto de paisagem urbana deve ser analisada sob um olhar interdisciplinar visto que a paisagem deve ser entendida a partir dos sistemas “biofísico, urbano e sociocultural” que a significam. Nesse sentido, compreende-se que é na paisagem que se reúnem “as dinâmicas e os valores que a significam, como elementos e processos interligados, que são a base para compreender e interpretar a paisagem, bem como para formular diretrizes para planos e projetos e, conseqüentemente, intervir de maneira prática nela” TARDIN, 2018, p.11). Essa visão conceitual sobre paisagem comunga com a interpretação contida na Convenção Europeia da Paisagem (2000) ao designar que paisagem é “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos”, servindo de princípio para o estabelecimento de estratégias e guia de orientação para adoção de políticas e ações voltadas para a “proteção, gestão e ordenamento da paisagem” (CEP, 2000, art.1.o).

Por outro lado, a Carta da Paisagem das Américas ressalta o papel e a responsabilidade do arquiteto nos processos de conservação e produção de paisagens quando aquele incorpora “a compreensão híbrida de natureza e cultura, em diferentes escalas de espaço e de tempo e pode propor projetos que considerem a identidade, a estética e a sustentabilidade dos lugares”. No texto da Carta, fica claro em seus princípios e objetivos, a importância de seu papel legal como “instrumento orientador para a “conservação, o planejamento, o desenho e a gestão da paisagem das Américas”. A operacionalização do instrumento requer uma concordância com “a legislação internacional que esteja em consonância com o desenvolvimento sustentável, com a valorização da diversidade sociocultural e com a preservação da qualidade de vida” (CARTA DA PAISAGEM DAS AMÉRICAS, p.6-8).

Operacionalmente, sob o ponto de vista jurídico, Sá Carneiro e Mesquita (2000) classificam os espaços livres ainda como públicos (abertos à população em geral) e privados (pertencentes à pessoa jurídica ou privada). É importante observar que a atividade da agricultura nas cidades evoluiu ao ponto de poder ser praticada tanto em espaços livres, onde seria mais óbvia sua atuação quanto em espaços edificados. Soluções arquitetônicas que têm inovado com o tempo já admitem, por exemplo, os “tetos-jardins” onde é possível cultivar espécies vegetais que vão desde às ornamentais até pequenas hortaliças e espécies arbustivas, assim como estruturas que se utilizam da própria edificação como espaço também de cultivo, aproveitando fachadas e interiores para promover esta atividade. No entanto, o foco deste trabalho será compreender a agricultura urbana e sua possível dinâmica dentro dos espaços livres (públicos e privados), para assim investigar as potencialidades de sua prática, especialmente das hortas urbanas, como elementos componentes de um sistema integrado e articulado que deve propiciar melhorias tanto no viés social quanto no ambiental das comunidades onde estão inseridos.

Sendo assim, importante agora compreender os espaços livres enquanto um sistema e quais suas implicações para as cidades, para o planejamento e gestão das mesmas. Como explica Tardin (2008), em um sistema, os elementos e

relações compõem um todo, cujas dinâmicas influenciam em sua estrutura geral, sem que haja uma hegemonia sobre um ou outro elemento. Os espaços livres urbanos formam um sistema a partir do momento em possuem relações de conectividade, complementaridade e hierarquia (TARDIN, 2007, p.86). Dentre as múltiplas funções que podem desempenhar, pode-se destacar a de circulação, drenagem, recreação e lazer, marco histórico memorial, amenidade e conforto ambiental, dentre outros. Assim como apresentado por Queiroga (2007) em seu texto, é relevante considerar a complexidade de cada sistema onde nem sempre as semelhanças físicas entre duas cidades vão garantir as mesmas soluções para ambas. Essa complexidade se dá a partir da relação entre espaços livres urbanos e outros sistemas urbanos como o construído.

Para reconhecer os elementos componentes de um Sistema de espaços Livres, este trabalho considerou a definição do autor Forman (1995), interpretada por Tardin (2008) que classifica os espaços livres, contínuos e descontínuos, como fragmentos, corredores, matrizes e fronteiras (TARDIN, 2008, p.46).

- Fragmentos, ou *Patches*, são partes de características homogêneas que podem adquirir diferentes formatos no território, sejam eles alongados, achatados, retilíneos, curvilíneos e outros;
- Corredores, ou *Corridors*, são elementos lineares que se diferem do entorno e atravessam um lugar. Podem ser parte destes, os corredores vegetados ou até mesmo serem formados por um curso d'água;
- As Matrizes, ou *Matrix*, são ecossistemas ainda maiores que englobam corredores e fragmentos e determinam as dinâmicas da paisagem regional;
- E as Fronteiras, ou *Boundaries*, seriam as margens que separam cada componente.

Em conjunto, cada função do sistema compõe um quadro integrado podendo receber interferências dos elementos entre si e de seu entorno. Ocupações urbanas, por exemplo, podem interferir diretamente na composição e qualidade desse sistema, interferindo de maneira positiva ou negativa na dinâmica entre seus componentes e no território como um todo. Tendo em vista a já referida

facilidade com que os espaços livres podem sofrer modificações, em muito por conterem em seu meio as possibilidades de ocupações futuras, ou a possibilidade mais eficiente de intervenção para a melhoria de um constructo consolidado, é necessário um olhar direcionado para identificar as dinâmicas locais de onde se pretende intervir. Cada um dos espaços livres, apresenta características ecológicas específicas para sua manutenção e para a sustentabilidade do território, cujo desenvolvimento da ocupação urbana deve ser respeitado (TARDIN, 2008, p.48).

#### **2.4.1 A Agricultura Inserida na Infraestrutura Verde Urbana**

Definidos os conceitos iniciais e importância de entender o espaço livre urbano como um sistema que estabelece relações e dinâmicas, é hora de compreender a agricultura urbana e os componentes que, em conjunto, darão suporte aos fluxos presentes nos sistemas verdes urbanos. Os fluxos, para o estudo deste trabalho, se configuram como as trocas e processos naturais abióticos (geológicos e hidrológicos) e bióticos (biológicos) assim como as atividades humanas que ocorrem também no meio (HERZOG, 2010). Afinal, sem os mesmos não existiria um sistema, apenas uma justaposição de componentes físicos no espaço (TARDIN, 2008).

Para Herzog (2010), a infraestrutura verde consiste em redes multifuncionais de fragmentos permeáveis e vegetados que interconectados reestruturam o mosaico da paisagem e visam manter ou restabelecer os processos naturais e culturais que asseguram a qualidade de vida urbana. Para tal, destaca-se o papel fundamental da vegetação enquanto elemento natural promotor da biodiversidade local, da manutenção dos solos e da sua influência sobre o clima (mitigando os efeitos das ilhas de calor) e purificação atmosférica, além de oferecerem suporte a atividades humanas de recreação e lazer, por exemplo (TARDIN, 2008, p.50).

A conexão entre esses espaços vegetados a partir de praças, parques, ruas e fragmentos de mata é fundamental para a composição dessa infraestrutura verde e para a promoção dos fluxos de água, biodiversidade e pessoas, fazendo a cidade funcionar como uma “Floresta Urbana” de maneira a promover a sustentabilidade dos processos naturais ecossistêmicos e também preservar áreas ecológicas relevantes.

As infra estruturas verdes consistem, portanto, em intervenções de baixo impacto na paisagem mas com alto desempenho e capacidade de adaptação ao longo do tempo, para que possam adequar-se a futuras necessidades. Nesse contexto, a prática de agricultura urbana deve ser considerada no planejamento de uma infra estrutura ecológica urbana como um incentivo a inserção de paisagens produtivas, devendo ser promovida em suas mais variadas escalas e em todos os lugares possíveis (HERZOG, 2010. p.98). Dessa maneira, uma vez implantado, esse sistema verde pode contribuir para a resiliência das cidades, mitigando os efeitos causados pelas intempéries climáticas, promovendo atividades e transportes não-poluentes, e concentrando a produção de alimentos próximo às fontes consumidoras para assim atuar na melhora da saúde de seus habitantes.

“A agricultura, muitas vezes diretamente relacionada com a identidade de um lugar, costuma ocupar espaços que frequentemente sofrem a pressão da urbanização, em particular, quando se encontram em condições produtivas pouco rentáveis. Entretanto, incentivar a agricultura no território representa uma oportunidade de recreio, de educação ambiental, de criação de postos de trabalho, de criação de condições de produção e comércio para as produções urbanas em pequena escala e de manutenção do espaço livre a baixo custo. Além disso, quando os cultivos são adequados, podem ser compatíveis com as melhores condições para a manutenção do equilíbrio ecológico, seu próprio e da agricultura do entorno.” (TARDIN, RAQUEL. 2008, p. 50)

Compreendendo os inúmeros benefícios da incorporação de um “Sistema Verde” para as cidades, o processo de planejamento dessas estruturas deve seguir uma abordagem sistêmica, abrangente e multidisciplinar. Segundo Herzog (2010), o processo de diagnóstico deve levar em consideração os aspectos bióticos, abióticos e culturais, analisados por meio de mapeamento específicos como os geomorfológicos, vegetação, hídrico, esgotamento sanitário e uso e ocupação do solo, bem como a participação ativa da comunidade ou segmentos

sociais que sejam afetados pelo projeto, para que se possa vislumbrar um panorama de possibilidades e limitações da área.

#### **2.4.2 Hortas Urbanas: Uma Prática a Caminho da Institucionalização**

Como visto anteriormente, a prática da agricultura no espaço urbano pode estar materializada de diversas formas. Sejam elas, hortas, jardins, tetos-jardins, quintais ou até mesmo soluções de jardins verticais, todos são formas de cultivo nas cidades e se apresentam como tipologias dessa atividade. O trabalho aqui proposto, dará um enfoque especial na atividade das hortas no espaço livre urbano, seja ele público ou privado, explorando seu potencial de estabelecer novas relações entre comunidade e lugar, como também de ser um componente importante para o planejamento de um Sistema Verde Urbano.

Ainda que a cidade represente hoje um verdadeiro mosaico de funções bem definidas no que se refere à paisagem e ao uso do solo, alguns enclaves de paisagens residuais que são heranças do passado resistem a desaparecer na lógica de mercado (PINTO, 2007, p.56). As Hortas Urbanas representam, nesse contexto, uma maneira de proteger não somente a paisagem como uma unidade sistêmica, como também os valores socioculturais, de convivência, saúde e alimentação acessível, além da amenidade ambiental.

Uma Horta, nas palavras de Pinto (2007), constitui-se de uma parcela de terreno, de pequena extensão, onde são cultivados legumes, hortaliças, ornamentais e frutíferas, estando elas sujeitas a uma prática intensiva de produção. A dimensão dessas hortas geralmente está condicionada à disponibilidade de terrenos pequenos por norma, possuindo um lote convencional entre 200m<sup>2</sup> e 300m<sup>2</sup>. A prática do cultivo de alimentos em espaços livres intersticiais ou espaços degradados do meio urbano, tem chamado cada vez mais atenção pelo caráter espontâneo e pelos impactos positivos alcançados pela mesma. As hortas representam uma possibilidade para o auto-abastecimento, redução dos consumos energéticos, para a mobilização da economia local ao gerar novos postos de trabalho e para a disponibilidade de alimentos frescos e

saudáveis de agricultura biológica, ou seja, produtos alimentícios orgânicos sem a contaminação de produtos químicos.

Para Teixeira (2016), as hortas contribuem para a coesão do espaço urbano ao mesmo tempo em que desafiam a noção convencional desses espaços e o desenho de como devem integrar-se na cidade. Representam também a estratégia mais notável de implementação da agricultura urbana em países desenvolvidos, onde parcelas de terreno são destinadas à produção hortícola e são cultivadas por grupos de pessoas interessadas em produzir seu próprio alimento. Assim, além da função produtiva, as hortas podem ter uma função terapêutica, social, econômica ou educativa, podendo também ser trabalhadas nas escolas como um modelo didático de compreensão da biodiversidade, da ecologia, do respeito ao meio ambiente e formação de valores sociais como o trabalho coletivo e a cultura rural.

Já no quesito ambiental, as hortas podem ser importantes aliadas para a melhoria da qualidade ambiental das cidades, uma vez que constituem espaços vegetados e de solo permeável:

*“Estes espaços revestidos de vegetação, de solo permeável, permitindo a alimentação das toalhas freáticas, desempenham, conjuntamente com os espaços públicos, um importante papel cultural, de melhoria do ambiente natural das cidades e contribuindo para a estabilidade e segurança dos edifícios.” (PINTO, 2008, p.57).*

A autora também acrescenta a importância das hortas como elementos de uma estrutura verde interligada através de corredores ecológicos que buscam conectar-se com os demais espaços verdes presentes no território, valorizando assim a presença da natureza nas cidades e preservando os ecossistemas urbanos. Para que esses exerçam de fato as intenções propostas, serão necessários padrões adequados de dimensionamento para que se consigam cidades atrativas, a proteção ambiental e o equilíbrio ecológico, bem como padrões funcionais de bem-estar e dinâmica na economia (PINTO, 2008, p.58).

A intenção de promover e incentivar tais espaços de cultivo também busca despertar nas pessoas o interesse de viver o verde, não apenas contemplá-lo. Estabelecer uma conexão entre comunidade e espaço urbano é primordial para a manutenção e resiliência socioambiental dos mesmos. A comunidade se apropria

daquele espaço urbano, trabalhando e cuidando dele com as próprias mãos, criando relações de afeto, de memória e estabelecendo coletivamente logísticas de uso que visam o bem geral e a continuidade do mesmo para as futuras gerações. Para a administração pública, uma oportunidade de poupar gastos com manutenções ou revitalizações espaciais desnecessárias, afinal um espaço urbano abraçado pela comunidade onde está inserido, dificilmente será desprezado ao ponto de ser esquecido. Assim, “a adequação entre o desenho, o uso proposto ou possível e os hábitos da população constitui, de facto, uma condição essencial para a viabilidade das áreas e para a concretização das vocações definidas” (FADIGAS, 1993).

### **2.4.3 Uma Perspectiva para a Implementação das Hortas Urbanas em Recife (PE).**

Aproximando o tema das hortas da área de estudo do trabalho aqui proposto, na cidade de Recife (PE), também são crescentes as iniciativas que procuram transformar espaços urbanos em áreas de cultivo de alimentos, medicinais e ornamentais, implementadas principalmente por organizações comunitárias e/ou não-governamentais. Espaços livres afuncionais são ressignificados e revitalizados por uma nova atividade que estabelece novas relações de pertencimento e reconhecimento do lugar, além de mudanças significativas para a paisagem local.

Vale destacar aqui o caso da horta comunitária no bairro de Casa Amarela, constituída a partir da iniciativa de moradores em transformar um terreno vazio que antes funcionava como uma área de descarte aleatório de entulho, lixo e restos de construção, numa área de convivência, de interação e cuidados para com o meio ambiente urbano. Um mutirão que teve início no ano de 2015, em poucos meses trouxe um novo espaço verde para a comunidade. Os moradores se revezam no cuidado com as mudas, realizando mutirões periódicos para a limpeza, plantio e cuidados com o terreno. Mesmo sendo uma área com uso comunitário consolidado, a falta de políticas públicas atrasou a regularização do

terreno pela prefeitura, considerando o uso atribuído pelos moradores ao terreno onde oficialmente se implantaria uma praça, que na realidade nunca existiu.

Figura 1: Horta comunitária de Casa Amarela



Fonte: Disponível em:

<https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/09/moradores-criam-horta-comunitaria-em-terreno-da-zona-norte-do-recife.html> (Acessado em: 23 de Fevereiro de 2024).

Nas margens do Rio Capibaribe, a Vila de Santa Luzia recebeu em 2018 a iniciativa da Organização Social Massapê, uma ONG com atuação na vila, em parceria com o CEPAS (Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Estado de Pernambuco Santa Paula Frassinetti), para a criação de um espaço de bem-estar social e desenvolvimento de atividades que motivasse o contato com a natureza através do estímulo das práticas agrícolas biológicas. O Projeto buscou demonstrar como as hortas podem ser espaços-modelo de sustentabilidade urbana ao promover a participação efetiva da comunidade nos espaços livres públicos desde a concepção até a execução das obras, através do incentivo ao senso de cidadania e internalização da compreensão do espaço livre urbano como cerne das relações sociais.

O coletivo buscou a aproximação com a comunidade local e o diálogo entre os atores sociais para incluí-los desde a fase de concepção até o pós-projeto, fornecendo as bases para a futura gestão do espaço proposto. Mapeamentos

técnicos, rodas de conversa, oficinas e atividades ao ar livre, entre outras atividades foram primordiais para se conseguir um diagnóstico do espaço a ser trabalhado, das relações socioespaciais e dos anseios dos moradores para validação da proposta incentivando assim o sentimento de apropriação com o novo espaço projetado. A organização contou com o apoio da comunidade e soluções de baixo custo para transformar e ressignificar o espaço livre que antes servia de depósito de lixo e insalubridade, num novo espaço verde e funcional.

Figura 2 [ESQ]: Representação Gráfica do Projeto para Horta Urbana de Santa Luzia; Figura 3 [DIR] : Mutirão realizado com moradores da Vila de Santa Luzia para limpeza e adubação do terreno para a horta comunitária.



Fonte: Memorial Descritivo do Projeto. Disponível em:

<https://www.massapecoletivo.org/horta-comunitaria>. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2024

Figura 4: Antes e Depois da Paisagem do local de intervenção em Santa Luzia após implementação da Horta Comunitária.



Fonte: Memorial Descritivo do Projeto. Disponível em:  
<https://www.massapecoletivo.org/horta-comunitaria>. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2024.

Modificado pela autora.

Reconhecidas as demandas de incentivo ao desenvolvimento sustentável e as práticas expressivas já espacializadas no território do município, verifica-se que é necessária a atuação do poder público no sentido de organizar e regulamentar essas atividades. No ano de 2021, o tema da Agricultura Urbana passou a receber um maior destaque entre as políticas municipais do Recife cuja gestão tornou real um plano de ações que procura fomentar e efetivar práticas sustentáveis de agricultura urbana para intensificar a produção agroecológica de alimentos e ervas medicinais, através de hortas e pomares urbanos em áreas livres públicas e privadas da cidade. Encabeçado pela SEAU (Secretaria Executiva de Agricultura Urbana), foi elaborado e apresentado o Plano de Agroecologia do Recife, no ano de 2021, a partir do qual procurou-se reconhecer as iniciativas de agricultura urbana existentes na cidade e estabelecer metas que promovam a segurança alimentar, a sustentabilidade do ambiente, o fortalecimento das relações sociais e a economia solidária. Dentre as principais metas a serem alcançadas até o ano de 2024, destacam-se:

- Implantar 180 estruturas de produção, como hortas e pomares;
- Criar parcerias com organizações acadêmicas, sociais e comunitárias para projetos agroecológicos;
- Implementar a coleta de detritos orgânicos e de compostagem em pelo menos 20 escolas municipais;
- Criar a Política de Agroecologia Urbana do Recife

(Plano Agroecologia Urbana do Recife, 2021).

O plano busca também reconhecer as estruturas preexistentes de hortas consolidadas e facilitar o acesso das mesmas ao apoio da prefeitura. Para tanto, é necessário que seja identificado o terreno em potencial, ou em uso, para a atividade e que seja comprovado o interesse da comunidade, comprovando a disponibilidade de voluntários para a horta comunitária em funcionamento. Dentre as principais ações de apoio da prefeitura, destacam-se: a distribuição de sementes, mudas, adubo e triturado de poda para os produtores; o suporte

logístico; a oferta de assistência técnica; e a oferta de atividades de capacitação visando o envolvimento comunitário com a agroecologia, a segurança alimentar e a economia solidária e circular.

A proposta do Plano Agroecológico também enfatiza uma atenção especial no caráter educativo das hortas para a criação da consciência ambiental desde a mais tenra idade, através da implementação de hortas pedagógicas e atividades de compostagem nas escolas. Tais iniciativas demonstram um futuro promissor da atividade no município, reconhecendo o poderio significativo das práticas agrícolas no território urbano para melhorias socioambientais na cidade.

Sob o olhar dessa nova abordagem conceitual e operacional aplicada aos espaços livres públicos é que se elaborou a análise e o desenvolvimento do presente estudo aqui apresentado enquanto Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho resulta num estudo de intervenção paisagística em nível preliminar para uma constituída hoje como praça no bairro de Peixinhos (Recife-PE), a qual se apresenta como um espaço livre público inserido num contexto urbano dotado de condições potenciais para abarcar a proposta segundo as premissas socioambientais levantadas. Enquanto proposta de intervenção paisagística para o espaço livre em questão, estão previstos a implantação de uma horta urbana como uso central junto com outras atividades já consolidadas na própria praça – área de esportes, playground, atividades culturais e lazer em geral. A horta será o elemento foco de articulação e coesão entre os espaços livres do entorno e as atividades socioculturais locais ali desenvolvidas que se conectam e se integram em um todo sistêmico socioambiental.



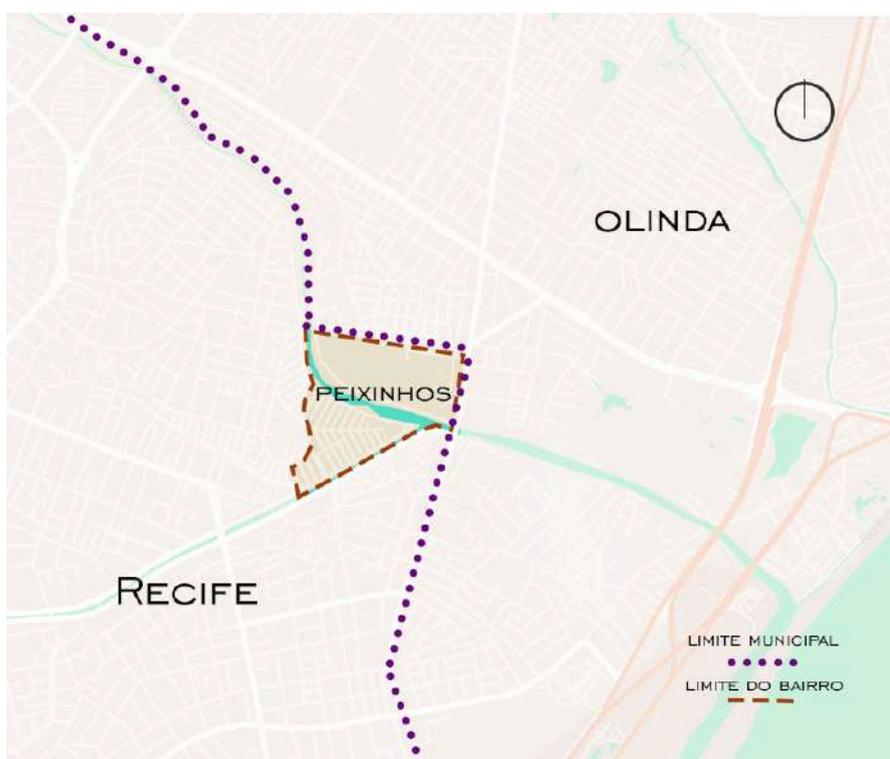
### 3. (RE)CONHECENDO O BAIRRO DE PEIXINHOS.

### 3 PEIXINHOS: (RE)CONHECENDO O BAIRRO DO NASCEDOURO

#### 3.1 ASPECTOS GERAIS

Rico em memória e cultura, o bairro de Peixinhos fica localizado entre os municípios do Recife e Olinda, no estado de Pernambuco (Figura 5). Apesar de ser conhecido como um bairro olindense, possui uma pequena parte de seu território pertencente ao município do Recife, área essa que é atravessada pelo Rio Beberibe e delimitada também ao sul pelo canal Vasco da Gama, popularmente conhecido como canal do Arruda . Dentro dos limites geográficos do bairro, ocorre o encontro das águas do canal do Arruda e do rio Beberibe, estando a localidade inserida no domínio da bacia hidrográfica do Beberibe.

Figura 5: Mapa de localização do bairro de Peixinhos em Recife(PE)



Fonte: Google Satélites 2023 e edição da autora (2024).

O objeto de estudo deste trabalho se concentrará mais precisamente na parte recifense do bairro. Deste lado, estão localizadas as ruínas do antigo Matadouro de Peixinhos, equipamento símbolo do bairro que, nos dias atuais, foi convertido em um verdadeiro nascedouro cultural, funcionando como sede de movimentos expressivos do bairro em prol da educação, do lazer e da

comunidade. Ao lado do terreno do Nascedouro e do terreno do antigo Curtume Santa Maria, em uma parte considerável do terreno, funciona a Estação de Tratamento de Esgoto de Peixinhos (Número 1, Fig. 6). Também destaca-se como principal equipamento de lazer e bem-estar a Praça Flávia Negromonte (Número 3, Fig. 6), onde está inserida a Academia da Cidade de Chão de Estrelas. Avançando a leste, ainda que não inserido dos limites territoriais de Peixinhos, a Ecoestação do Arruda (Número 4, Fig. 6) também se coloca como um equipamento de impacto ao bairro pela relevância de suas atividades de reciclagem, do correto destinamento ao lixo e de incentivo às práticas sustentáveis de reaproveitamento dos dejetos recolhidos.

Figura 6: Mapa de alocação dos principais equipamentos do bairro.



Fonte: Google Satélites 2023 e edição da autora (2024).

De acordo com dados do Censo demográfico de 2010, a parte do território de Peixinhos, correspondente ao lado de Olinda, possui uma população de cerca de 36.000 pessoas, sendo sua maioria crianças e adolescentes, enquanto a parte

recifense tem cerca de 5.000 habitantes e possui um território significativamente menor, cerca de 34 hectares. Em relação ao perfil socioeconômico, existe uma semelhança entre ambos os lados do bairro, notadamente caracterizado por uma baixa escolaridade, entre os habitantes, e renda média de 1 a 2 salários mínimos. Ainda no contexto socioeconômico, o bairro já foi reconhecido como um dos mais violentos da região metropolitana do Recife apesar de ser um dos principais pólos comerciais de Olinda, tendo como pontos principais a Av. Presidente Kennedy (Olinda) e a feira livre de Peixinhos que, entre 1949 e 1997, foi considerada a maior da região metropolitana.

### 3.2 UM BREVE HISTÓRICO

Surgido a partir da segunda metade do século XIX, o bairro de Peixinhos teve seu desenvolvimento muito associado a empreendimentos industriais de destaque como o Engenho Nossa Senhora da Ajuda, o Curtume de Santa Maria, o Matadouro Industrial de Olinda e a Fábrica Fosforita de Olinda, que foram finalizados entre o final do século XIX e início do século XX. O nome “Peixinhos” faz referência direta ao conhecido até então como “Rio dos Peixinhos”, conhecido hoje como Rio Beberibe, que era fundamental para o sustento dos primeiros moradores locais não somente pela atividade pesqueira, mas também para o deslocamento, lazer, para a realização de práticas agrícolas, entre outros.

A autora Zuleide de Paula (2009), moradora do bairro desde 1943, dedicou-se para contar e perpetuar a história da comunidade no livro: “Peixinhos: um rio por onde navegam um povo e suas histórias”. A respeito do surgimento dos primeiros assentamentos na região, De Paula (2009) chama a atenção para a importância do Beberibe no cotidiano e no sustento dos antigos moradores:

“Havia um rio, um rio maravilhoso de água cristalina. Ninguém sabia onde nascia, mas esse rio dividia Recife e Olinda. Hoje nem os urubus querem pousar nele. (...) Antes, em sua água cristalina, havia cardumes de um pequeno peixe. Ninguém sabia o nome dos pequenos peixes. Todos conheciam os dos outros, mas dos Peixinhos, não. Vinha gente pescar de bairros do Recife, como Santo Amaro e Casa Amarela. Quando os pescadores se encontravam, já combinavam: ‘vamos pescar no rio dos Peixinhos.’ O tempo foi passando e o nome foi ficando.” (De PAULA, 2009, p.122)

Figura 7: Lavadeiras nas águas do Beberibe.



Fonte: Digital, disponível em:  
<https://www.tumblr.com/pearcaico/170615349449/lavadeiras-no-rio-Beberibe-em-Peixinhos-olinda-pe> (Acesso: 20 de Fevereiro de 2024).

O bairro foi estabelecido nas terras pertencentes a Jerônimo de Albuquerque, fundador do Engenho de Açúcar Nossa Senhora da Ajuda em meados do século XVI. Segundo Souza (2008), este foi o primeiro engenho a ser implantado na Capitania de Pernambuco durante o período colonial, que corresponde hoje aos bairros de Peixinhos, parte de Aguazinha, Vila Popular, Salgadinho, Jardim Fragoso, todo Jardim Brasil, Ouro Preto e Cidade de Tabajara, na cidade de Olinda. Posteriormente a sua implantação, no século XVII, durante o período holandês, o engenho Nossa Senhora da Ajuda seria conhecido como Engenho Velho ou Forno da Cal, em virtude da decadência de sua atividade.

A origem da população de Peixinhos foi em grande parte resultado do fluxo de pessoas advindas do interior do estado de Pernambuco e também de outros estados da região, que passaram a trabalhar na região em busca de melhores condições de vida. Um dos fatores determinantes para o crescimento populacional e consolidação do bairro foi a implantação do Matadouro Municipal do Recife que atraiu uma demanda de mão de obra advinda das atividades fabris. Este contingente populacional começou a se estabelecer no entorno em parcelas cedidas da antiga propriedade do Forno da Cal, como evidência os registros de

Dona Zuleide de Paula: “O Doutor dava a cada empregado um pedaço de terra para plantar[...], pois a terra era muito boa.” (De PAULA, 2009, p.31).

O início da construção do empreendimento data do ano de 1874, no entanto, estendeu-se, apesar das diversas intempéries, até o ano de sua inauguração em 1919. Sua conclusão se deu a partir do fechamento do Matadouro do Cabanga, cujos equipamentos foram transferidos também para Peixinhos. No mesmo período, foi inaugurado também o Curtume Santa Maria, que comprava o couro dos gados abatidos no Matadouro para exportação (MACHADO, 2003, p.39).

Figura 8: Matadouro de Peixinhos em 1925.



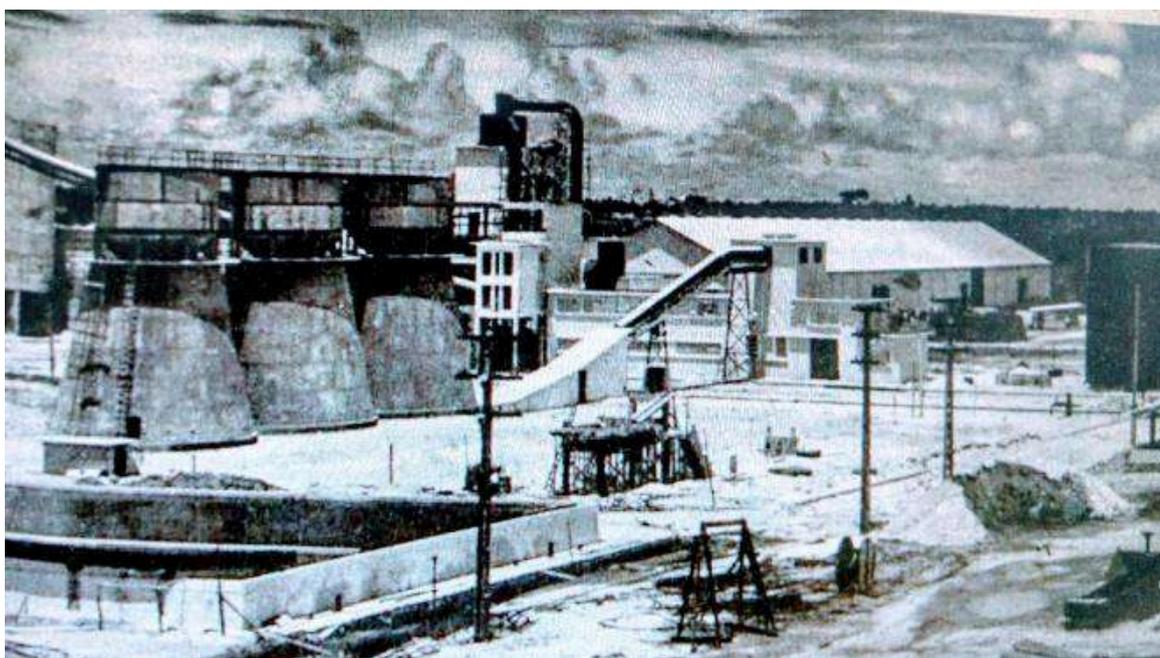
Fonte: Acervo Fundaj e disponível em:  
<https://vozesdazonanorte.blogspot.com/2016/05/Peixinhos-dois-bairros-e-um-so-coracao.html>.  
(Acesso: 18 de Fevereiro de 2024).

O matadouro, considerado o maior da América Latina na época, permaneceu em atividade por cerca de meio século e se constituiu como um equipamento símbolo do bairro. Devido a sua importância econômica para a região, seu fechamento em 1970 e do Curtume Santa Maria, em seguida, acarretaram problemas sociais para toda uma comunidade que dependia de suas atividades.

Outro empreendimento fabril de importância para o bairro de Peixinhos foi a fábrica Fosforita de Olinda S/A, inaugurada em 1957, que explorava o fosfato das terras do antigo Forno da Cal para a produção de fertilizantes em grande

escala. Entretanto, após uma breve atuação, declara falência no ano de 1968, tendo em vista a baixa cotação nacional do mercado de fosfatos e o cenário econômico internacional que desvaloriza e inviabiliza as atividades fabris para benefício deste insumo. Segundo Machado (2023), tais empreendimentos industriais, que marcaram o início do desenvolvimento do bairro, trouxeram consigo um crescimento desordenado e sem planejamento, tornando-o ainda hoje um dos maiores bairros populares da região metropolitana do Recife.

Figura 9: A Fábrica Fosforita em 1960.



Fonte: Acervo Fundaj e disponível em:  
<https://vozesdazonorte.blogspot.com/2016/05/Peixinhos-dois-bairros-e-um-so-coracao.html>.  
(Acesso: 18 de Fevereiro de 2024).

Dessa maneira, a ocupação desordenada do território associada com os problemas socioeconômicos, trouxeram ao bairro de Peixinhos problemas estruturais que perduram até hoje como, por exemplo, a precariedade das condições de infraestrutura urbana, carência de espaços e equipamentos públicos e vulnerabilidade social. Os reflexos dessa realidade também se manifestam espacializados nas ruínas do antigo complexo fabril do bairro. Após tentativas onerosas e frustradas de recuperação da estrutura do antigo Matadouro, na década de 70 e 80, que buscavam converter a antiga estrutura em um Centro Social Urbano (CSU), novamente o complexo foi abandonado pelo poder público

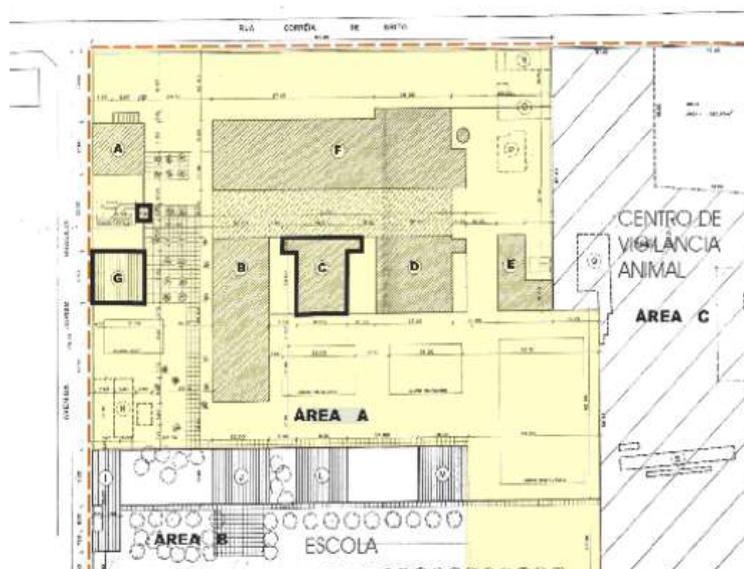
e alvo também do vandalismo e depredação. Segundo De Paula (2009), as instalações do complexo começaram a ser alvo de criminosos e até dos próprios moradores, que saqueavam as edificações em busca de materiais comercializáveis ou para o próprio uso como tijolos, azulejos, janelas, portas, telhas e ferro. Atrelado também a esses fatos, a violência também passou a ser uma marca desfavorável para a comunidade de Peixinhos, passando as ruínas do antigo matadouro a serem conhecidas como área de tráfico de drogas, assassinatos e “desova” de corpos (que também eram lançados no rio Beberibe) (MACHADO, 2003).

Tal realidade movimentou grupos sociais e culturais da localidade na luta por mudanças. Essas reivindicações tiveram um papel importante no processo que buscou converter o antigo Matadouro em um Nascedouro com iniciativas de promover integralmente cultura, educação e melhoria na qualidade de vida dos residentes, em um espaço que pudesse ser utilizado como centro de convivência entre todas as idades.

As ruínas do complexo, tombado no ano de 1980 pelo IPHAN, receberam então uma proposta de Restauração e Adequação Funcional do Sítio Histórico do Matadouro de Peixinhos, que fez parte do projeto “PROMETRÓPOLE”, coordenado pelo governo do estado de Pernambuco. Esta iniciativa estatal visava atender e fornecer infraestrutura urbana, provisão de serviços públicos e requalificar as estruturas dos edifícios para adequá-los “à demanda da comunidade por espaços destinados à consolidação do Centro de Cultura Popular-Nascedouro, já em funcionamento” (MACHADO, 2003, p.49).

Figura 10: Projeto de restauro do Matadouro (Nascedouro) de Peixinhos.

Fonte: Machado (2003)



Atualmente, o equipamento agrega cerca de 50 grupos sociais e culturais, sendo eles: a Biblioteca Multicultural Nascedouro, o Balé Majê Molê, Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças, o Grupo da Terceira Idade, Grupo Saúde Condor Cabo Gato e o Grupo Alcoólicos Anônimos. Dando maior ênfase ao Maracatu Nação Maracambuco, que oferece oficinas de dança, de instrumentos e de confecção de figurinos a mais de 100 crianças e adolescentes, desde 1993. Ademais, o Movimento Cultural Boca de Lixo, criado em 1933, teve como objetivo inicial uma forma de unir o punk e o rock, porém devido a sua agressividade não foi muito bem visto pelo público. Depois de denúncias, em 1935 o movimento resolveu que seu atual objetivo seria promover um espaço de troca de diversas expressões artísticas produzidas no bairro.

Figura 11: Movimentos Culturais Equipamentos com sede no Nascedouro de Peixinhos.





Fonte: Elaborado pela autora

A partir do início do século XXI, o bairro de Peixinhos passou por mudanças expressivas com relação à infra-estrutura urbana, que começaram com o PROMETRÓPOLE (entre 2003 e 2008) e até sua articulação com o PAC Beberibe (Programa de Aceleração do Crescimento), ambas com o objetivo de promover saneamento básico, acessibilidade, pavimentação de calçadas, vias e tratamento urbanístico para comunidades carentes do Município. Segundo Gondim (2019), a execução dos projetos previstos por ambos os programas possibilitou a conclusão das obras do Matadouro de Peixinhos e a transição entre os municípios, no baixo curso do rio. Além da reforma do espaço, a obra também agregou a construção de vias e melhoria na infraestrutura, para o processo de transformação do Matadouro ao Nascedouro, hoje integra o rol de espaços públicos e culturais do município de Olinda. As intervenções do PAC Beberibe incluíram o calçamento dos assentamentos próximos ao rio Beberibe, a execução da Praça Flávia Negromonte e também a abertura da Avenida Poeta Vinícius de Moraes que margeia a extensão do rio Beberibe até conectar-se à Avenida Professor José dos Anjos ao fim do Canal do Arruda.

Figura 12: Imagem de Satélite de Peixinhos (2009) antes das obras do Pac Beberibe.



Fonte: GONDIN (2009)

Figura 13: Imagem de Satélite de Peixinhos (2020) após as obras do PAC Beberibe.



Fonte: Google Satélites 2023, Adaptado pela autora.

Os projetos executados trouxeram avanços à boa parte da comunidade de Peixinhos que convivia com graves problemas de infraestrutura e saneamento. No entanto, problemas urgentes ainda podem ser apontados como o descaso com as construções do atual Nascedouro, que ainda possui edificações e parte do terreno abandonados/subutilizados sendo alvo frequente de ocupações irregulares e criminalidade, assim como as palafitas na margem norte do Beberibe, situadas em Área de Proteção Ambiental (APA) e propensas a enchentes. A poluição e o lixo também são desafios constantes no dia-a-dia de Peixinhos e nas águas do curso hídrico que deu nome ao bairro. Em face das diretrizes analisadas, o incentivo a práticas sustentáveis de ocupação e tratamento dos espaços que respeitem o construído histórico e preservem os recursos hídricos e vegetais presentes no bairro são essenciais para a melhoria da qualidade socioambiental para seus moradores.

Figura 14: Ruínas do Matadouro, em visita técnica de gestores da prefeitura de Olinda em 2022.



Fonte: Disponível em:

<https://www.olinda.pe.gov.br/compaz-de-olinda-vai-fortalecer-lacos-com-a-comunidade-de-peixinhos/> (Acesso: 25 de Fevereiro de 2024).

### 3.3 ASPECTOS LEGAIS E ATRIBUTOS AMBIENTAIS.

Segundo o Plano diretor do Recife (2021), o bairro de Peixinhos enquadra-se na Macrozona do Ambiente Natural e Construído (MANC) possuindo diretrizes que buscam “valorizar, preservar e recuperar, de forma sustentável e estratégica, os recursos naturais e culturais da cidade, de modo a formar um sistema integrado para uso e desenvolvimento sustentável”(RECIFE,2021). Tal classificação condiz com a situação atual do bairro que contém o complexo tombado do antigo Matadouro e forte presença de recursos naturais, como o rio Beberibe, assim como as áreas verdes associadas a seu curso, ambos necessitando de intervenções direcionadas à sua reabilitação. A Macrozona também possui como diretrizes a articulação dos componentes de valor natural e patrimonial cultural para a cidade, com praça, parques, áreas verdes e hídricas por meio de corredores ambientais a fim de fortalecer a infraestrutura ambiental do município.

Mais especificamente, dentro dos limites da MANC, o bairro se insere na Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS), por se tratar de uma área sob influência de uma rede hídrica primária (bacia do Beberibe), assim como dispor de edificações de valor histórico, patrimonial e cultural em seu território. De tal maneira, a conservação de tais atributos faz parte do escopo da ZDS, que tem por objetivo garantir o equilíbrio urbanístico-ambiental, bem como preservar os recursos naturais e culturais.

Ainda é importante salientar que outras Zonas estabelecidas no Plano Diretor de 2021, mesmo que não localizadas dentro dos limites do bairro, têm influência direta na sua dinâmica hídrica. É o caso da Zona de Ambiente Natural (ZAN) Beberibe, que é fundamental para resguardar o volume de água que entrecorta o bairro. Nesta ZAN se encontram as áreas de colina e grandes maciços florestais (alguns instituídos como Unidades Protegidas pelo SMUP – Lei municipal 18.014/2014), ecossistemas singulares e remanescentes de mata atlântica, ainda que antropizados.

A salvaguarda desses atributos naturais, considerando a delimitação das ZAN 's, Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental e outros enclaves, é uma opção mais urgente em razão da degradação dos cursos que

cortam o bairro. O trecho do Rio Beberibe que atravessa Peixinhos já foi navegável, fonte de subsistência que condicionou os primeiros assentamentos na localidade. Atualmente, é considerado um dos rios mais poluídos do estado de Pernambuco, principalmente em razão da ausência de saneamento básico eficiente. A vitalidade do rio é ameaçada não somente pela poluição mas, sobretudo pelas ocupações irregulares em suas margens, que erradicam as vegetações ciliares, e despejam lixo e dejetos sem tratamento em sua calha. A confluência do rio com o canal do Arruda ainda representa um incremento na poluição, sendo o canal hoje utilizado para conduzir rejeitos domésticos, resíduos sólidos descartados de forma incorreta e outros elementos poluentes.

Em relação às áreas ocupadas, nas proximidades com o rio, está localizada e classificada pelo Plano Diretor a Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1) de Campo Grande. As Zonas Especiais da Categoria 1 referem-se a zonas de assentamentos habitacionais consolidados, de populações de baixa renda e carentes de infraestrutura, que são passíveis de regularização urbanística e fundiária.

Figura 15: Zoneamento de Peixinhos segundo o Plano Diretor de Recife (2021).



Fonte: ESIG - Informações do Recife, elaboração da autora.

Na Zona Especial de Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), tem-se o já referido conjunto edificado do atual Nascedouro de Peixinhos e seu entorno

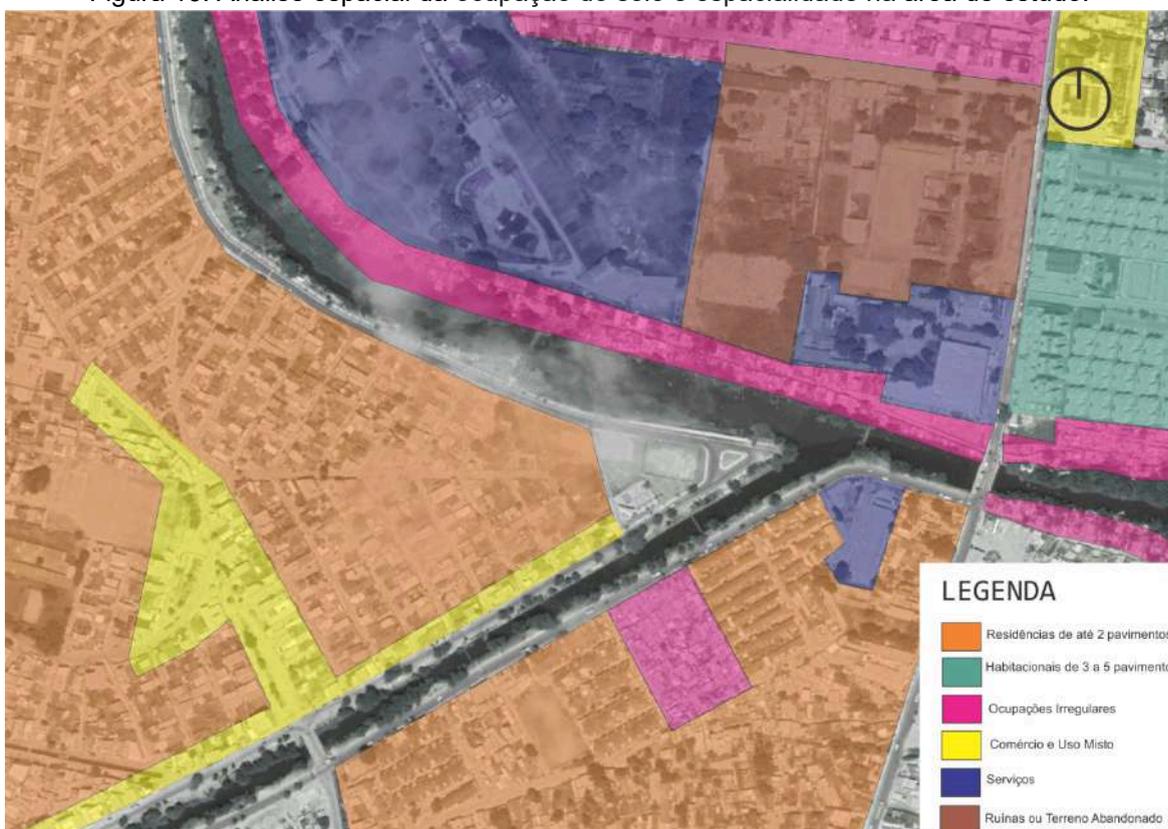
imediate, cujos parâmetros de intervenção são definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS, 1996) e também do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural com o objetivo de salvaguardar edifícios que são representativos da memória arquitetônica, urbanística e paisagística da cidade. Futuramente, no terreno se prospecta o COMPAZ de Olinda, numa associação administrativa entre as prefeituras de Olinda e Recife para atender as demandas da comunidade de Peixinhos por educação, cultura e lazer.

Também apontado pelo Plano Diretor, o Rio Beberibe e seu entorno imediato está inserido na Zona de Projetos Especiais para implantação do “Parque Beberibe” abrangendo o bairro de Peixinhos e os demais bairros associados ao rio Beberibe. Esta zona objetiva a “requalificação urbana, a inclusão socioambiental e cuidados ambientais” (Plano Diretor do Recife, seção IX, artigo 136º) através da elaboração de projetos urbanos específicos para cada localidade. A mancha de intervenções urbanísticas previstas, demonstrada no mapeamento, aponta a intenção de se conservar e tratar as margens do rio, implantando-se um Parque Linear. Até o momento da confecção deste trabalho, não foram encontradas mais informações sobre o projeto previsto, tendo em vista que os trabalhos de concepção projetual ainda estão em curso e, portanto, não divulgados.

### 3.4 UMA ANÁLISE SOBRE PEIXINHOS

Parte importante do estudo de reconhecimento do bairro passa pela análise espacial do bairro e pelo levantamento dos aspectos físicos do tecido urbano construído como uso do solo, padrões de ocupação no espaço, assim como o mapeamento dos espaços livres existentes, buscando entender as inter-relações espaciais o que auxiliou na construção da proposta de intervenção.

Figura 16: Análise espacial da ocupação do solo e espacialidade na área de estudo.



Fonte: Google Satélites 2023, elaboração da autora.

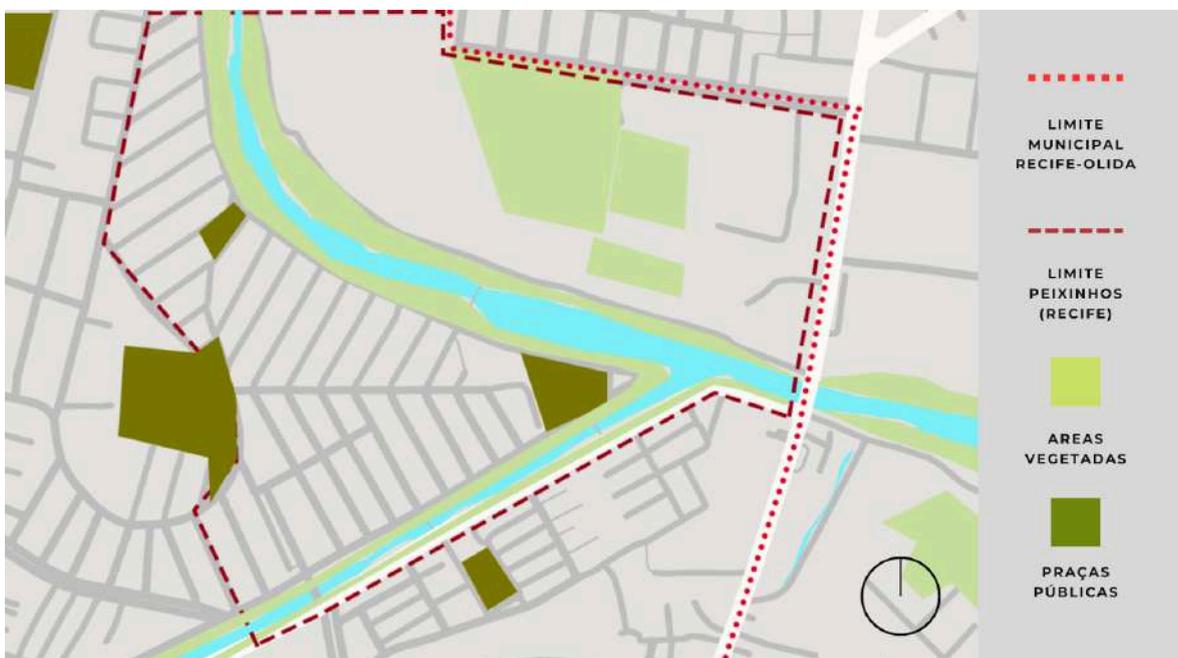
Considerando os limites de Peixinhos para a cidade do Recife, onde se situa-se a área objeto deste estudo, observa-se a predominância do uso residencial na parte ao sul do rio Beberibe, correspondente à área de interesse social, compostas, majoritariamente, por casas térreas ou de até 1 pavimento, com pouco aproveitamento de solo natural e quase nenhum afastamento frontal dos lotes. Justifica-se, portanto, o adensamento de edificações presente no mapeamento de cheios e vazios. Observa-se edificações de uso misto acompanhando vias de fluxos importantes, como a Avenida Professor José dos Anjos e a rua Dr. Elias Gomes, nas proximidades do Terminal de Ônibus de Chão de Estrelas e da praça do terminal, o que evidencia um tipo de centralidade do bairro.

Já na parte ao norte do rio, proliferam-se ocupações espontâneas sobre a calha do Beberibe, o que representa uma barreira visual e física, que isola os equipamentos urbanos em sua relação com o rio. Do mesmo lado estão presentes ainda a Estação de tratamento de Esgoto da Compesa e o Nascedouro de Peixinhos onde é possível observar parte das ruínas do conjunto edificado e o

restante do terreno em situação de abandono ou ruína cobrindo uma parcela importante do bairro e significando uma grande área em potencial ainda sem destino.

O Beberibe é um elemento natural expressivo da identidade de Peixinhos e isso se exprime tanto no desenho de seus meandros quanto na identidade cultural do bairro em cada aglomeração encontrada, onde vivem distintas comunidades. Os cursos hídricos se impõem como duas linhas de força conjugadas com as franjas verdes da vegetação ripária que acompanham esses cursos d'água, concentrando-se em suas margens. Observa-se a evidência dos distintos padrões de ocupação na parte norte e sul do território aqui estudado. De um lado, observa-se mais adensamento construtivo e presenças pontuais de vegetação, sobretudo nas praças ou cabeças de quadra. Enquanto que do outro lado, uma disponibilidade maior de solo natural e vegetação, com equipamentos urbanos de serviço, edificações de maior porte, ainda que não utilizado em sua potencialidade, como também não integrado com o restante do bairro.

Figura 17– Cursos d'água como linhas de forças associados às manchas verdes da vegetação



Fonte: Google Satélites 2023, elaboração da autora.

A photograph of a covered walkway, likely in a public space or park. The walkway is covered by a series of parallel, slightly curved, light-colored panels that create a rhythmic pattern. A palm tree stands prominently in the center-left. A person is sitting on a bench in the middle ground. The overall scene is bright and airy. A semi-transparent green box is overlaid on the bottom right, containing white text.

## 4.HORTAS EM SISTEMA: CONCEPÇÕES PARA O SISTEMA VERDE DE PEIXINHOS.

## **4 HORTAS EM SISTEMA: CONCEPÇÕES PARA O SISTEMA VERDE DE PEIXINHOS**

### **4.1 A AGRICULTURA URBANA DE PEIXINHOS**

O bairro de Peixinhos, como visto anteriormente, é carregado de significado, por suas ricas expressões culturais e forte mobilização popular, o que impulsionam efetivas ações políticas no bairro. Apesar dos avanços em infraestrutura urbana trazidos pelos programas municipais de urbanização, a comunidade lida com as dificuldades diárias características de assentamentos de baixa renda, como questão da segurança civil, expresso pela violência cotidiana, a poluição dos cursos d'água e a inadequação dos espaços livres públicos para o uso potencial da comunidade.

No cerne do surgimento do bairro, destaca-se a questão da agricultura urbana que, como afirma De Paula (2000), fez parte da realidade dos primeiros moradores de suas terras, que cultivavam o próprio alimento nas porções de terra cedidas aos trabalhadores do matadouro, assim como nas atividades da feira livre de Peixinhos que subsiste até os dias de hoje, na Avenida Brasília e no Pátio da Feira de Peixinhos, em Olinda.

Ao caminhar pelas ruas do bairro, podem ser observados os resquícios de uma atividade que resiste em desaparecer (Figura 18). Em lugar de plantar para o próprio sustento, o cultivo aparece agora entre ruas asfaltadas, paredes muradas, frentes de casas e margens de rios canalizados. Essas ações se materializam através de fragmentos vegetados pontuando verdes no tecido cinza do bairro quebrando a aridez do concreto das áreas mais adensadas. Um exemplo disso pode ser visto nas margens do canal do Arruda, onde os canteiros são feitos pelos próprios moradores que cultivam plantas ornamentais, medicinais e até pequenas hortaliças, atuando como verdadeiros jardineiros de seu bairro .

Figura 18– Fotografias dos cultivos populares em Peixinhos



Fonte: Acervo da Autora, tiradas em 2021. Quadro elaborado pela autora.

Figura 19– Algumas espécies de vegetação identificadas em Peixinhos.



Fonte: Pinterest, elaborado pela autora.

Para além do Canal do Arruda, um grupo populacional local conhecido como comunidade Palha de Arroz pratica, desde 2016, a experiência da agricultura familiar no meio urbano. A iniciativa é protagonizada por um grupo de mulheres que se intitulam “As mulheres guerreiras da Palha de Arroz”, que se revezam nas atividades de plantio e cultivo num terreno que antes servia de depósito de lixo. Através da iniciativa, as voluntárias transformaram a ambiência daquele terreno possibilitando a criação de um espaço de cultivo e provisão de alimentos para a comunidade, como também um recanto de convivência social e de apoio à saúde coletiva. A empreitada feminina das mulheres da Palha de Arroz conta hoje com o apoio do Centro Sabiá (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá), uma organização não-governamental que atua na promoção de iniciativas de agroecologia na cidade, apoiando não somente esta, como outras hortas comunitárias na região metropolitana do Recife, fornecendo capacitações para o desenvolvimento e multiplicação de organizações populares similares à Palha de Arroz, como, por exemplo, a que está hoje presente no Nascedouro de Peixinhos.

O processo de transformação do Matadouro em Nascedouro, contou muito com a iniciativa popular e com os movimentos culturais para a apropriação dos edifícios abandonados do antigo equipamento. De tais iniciativas, frutificam hoje a Biblioteca Multicultural do Nascedouro e a Horta Popular Agroecológica Dandara, surgida no período pandêmico no ano de 2020, para trazer alternativas de mitigação dos impactos sociais causados pela pandemia. O período de grande instabilidade econômica e social trazido pela COVID-19, motivou os voluntários a cultivar alimentos sob os princípios agroecológicos, livres de veneno ou agrotóxicos, através de mutirões semanais de trabalho voluntário. O nome faz referência à Ocupação Dandara, uma comunidade carente de Peixinhos que ocupa o edifício da antiga Unidade de Saúde da Família (USF), situada dentro do Nascedouro, na avenida Brasília.

Figura 20– Dia de mutirão para cuidados com a Horta e rodas de conversa com os trabalhadores voluntários.



Fonte: Acervo da Autora, tiradas em 2021.

A horta Urbana Dandara conta também com o apoio do Centro Sabiá na coordenação de atividades para a comunidade no próprio terreno da horta, como rodas de conversa, debates e oficinas, para fornecer e compartilhar o conhecimento sobre plantio das espécies, alimentação saudável e a reutilização de materiais orgânicos no processo da compostagem. Os produtos colhidos são comercializados ou distribuídos entre os membros voluntários ativos da horta gerando transformação na realidade alimentícia das famílias e educação ambiental, além de contribuir para uma utilização eficiente do espaço livre público de Peixinhos.

Figura 21[esq]: Horta Popular Agroecológica Dandara e seu contexto no terreno do Nascedouro.

Figura 22[dir.]: Oficinas de Compostagem para os voluntários da Horta Dandara.



Fonte: Acervo da Autora, tiradas em 2021.

Figura 23– Algumas espécies vegetais identificadas na Horta Popular Agroecológica Dandara.



Fonte: Pinterest, elaborado pela autora.

Durante o ano de 2021, foi realizada uma ausculta informal com os moradores numa ocasião onde se realizou uma visita ao bairro, recolhendo depoimentos dos residentes acerca da qualidade dos espaços livres públicos existentes no bairro e questionamentos quanto a que programas de necessidades poderiam atender à comunidade quanto a equipamentos a serem implantados no local. Para tanto, foram apresentados exemplos de programas para espaços livres públicos e foi pedido aos entrevistados que estabelecessem um valor numérico equivalente a um nível de prioridade para a implantação dos mesmos, atribuindo-se “nível 1” para “muito importante”, até “nível 10” para “menos importante.” Num total de 15 entrevistados, distribuídos entre o Nascedouro, a praça Flávia Negromonte e o Terminal de Ônibus de Chão de Estrelas, obteve-se os resultados que estão expressos na tabela a seguir:

Figura 24– Tabela Síntese das atribuições feitas pelas entrevistas informais segundo a nível de prioridades dos programas sugeridos.

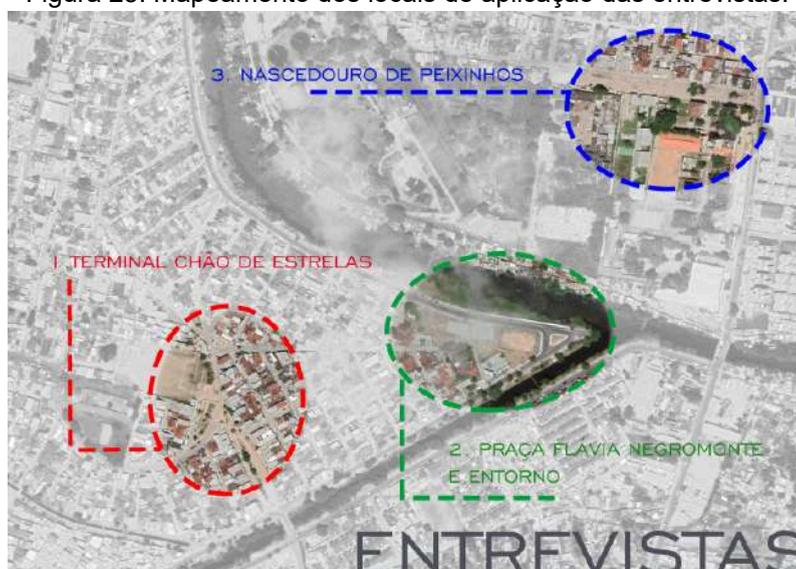
9. Por ordem de importância, quais destes equipamentos você gostaria que fossem implantados na área em que mora?										
Equipamentos Espaços Livres Públicos	Número de votos por grau de Importância ( 1 mais importante - 10 menos importante)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Praças	2	3	2	1	1	-	2	2	1	3
Campos de Pelada	-	-	-	-	2	1	-	1	1	2
Parque Infantil	2	1	2	1	1	-	-	-	2	-
Passeios para Caminhadas	-	-	2	1	1	1	2	1	-	-
Calçadas	-	1	1	2	-	1	1	-	2	-
Áreas para eventos culturais	1	-	2	1	3	1	2	-	-	-
Academia da Cidade	2	-	1	3	1	1	-	1	-	1
Hortas Comunitárias	6	1	1	-	-	2	1	-	-	1
Jardins Urbanos	2	4	1	-	1	-	-	2	1	-
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	3	4

Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando o nível de importância, os três equipamentos que receberam mais votos para o **Nível 1 ao 3**, foram os **Jardins Urbanos, as Hortas Comunitárias e Praças**. Já os equipamentos que mais foram votados como implantação menos importante (7 ao 10) foram praças, campos de pelada e outros. A equilibrada votação para o uso das Praças chama atenção nas respostas, já que de fato o bairro conta com pelo menos 3 praças distribuídas na parte residencial, englobando também um mais recente calçadão linear às margens do Beberibe. Porém, fica evidente ao observar o conjunto urbano, que a outra margem do rio não possui acesso facilitado a estes espaços onde as ocupações irregulares, a parte de terreno abandonado no nascedouro e as conexões distantes se colocam como barreiras a esse fluxo.

O retorno positivo para os equipamentos propostos de hortas, jardins urbanos e praças evidencia uma carência por espaços livres públicos com qualidade ambiental além de uma busca pela presença das vegetações, ainda ausentes nas zonas de maior adensamento construtivo, cuja falta é frequentemente combatida através de iniciativas dos próprios moradores com canteiros improvisados nas calçadas, frentes de casa e quintais (quando existentes). Outros equipamentos que receberam uma soma significativa de importância foram os parques infantis e áreas para eventos culturais, revelando uma demanda social ainda não contemplada totalmente pelos espaços livres presentes no bairro.

Figura 25: Mapeamento dos locais de aplicação das entrevistas.



Fonte: Google Satélites, 2023. Edição da autora.

O exercício de percorrer o bairro e auscultar informalmente a comunidade foi um instrumento que serviu para validar a prática da agricultura urbana no território estudado. No entanto, o potencial da agricultura urbana para Peixinhos ainda pode ser ampliado de modo a agregar o bairro como um todo e gerar melhorias sociais e ambientais significativas, visto que o papel das hortas em funcionamento ainda compreende um raio de influência local restrito às próprias comunidades às quais pertencem. No intuito de ampliar esse grau de influência, este trabalho se propõe a colocar diretrizes e recomendações de atuação nesse âmbito visando incentivar a concepção hortas urbanas em um sistema ampliado, agregando novos equipamentos, utilizando os espaços livres públicos e privados para multiplicar as iniciativas de cultivo e interligando os espaços propostos numa rede de corredores ecológicos, que visam reforçar a qualidade ambiental do bairro e integrar o sistema de espaços livres de Peixinhos.

Figura 26: Mapeamento das Hortas Comunitárias e iniciativas populares de cultivo em Peixinhos e algumas vistas fotográficas.



Fonte: Google Satélites, 2023. Edição da autora.

## 4.2 ESTUDO REFERENCIAL: CENTRO MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA DE PARA ERECHIM (RS)

Pensar em agricultura urbana como uma realidade para as cidades pós-modernas ainda é um desafio. A produção de alimentos dentro do perímetro das cidades tem se mostrado uma atividade promissora levando em consideração, além dos aspectos socioeconômicos, sua capacidade de requalificação de espaços degradados. O poder público parece agora dar credibilidade a uma atividade antes inviabilizada, haja vista a criação de políticas públicas de apoio às práticas de agricultura urbana em suas diversas formas o que estão sendo adotadas gradativamente pelos municípios.

O objetivo deste trabalho não é insinuar que a agricultura urbana deve sanar os problemas urbanos das cidades atuais, mas sim chamar a atenção para um movimento crescente e espontâneo que aponta para a necessidade de um planejamento urbano e paisagístico que possa incluir novas perspectivas de uso e ser capaz de contribuir positivamente para a qualidade de vida dos cidadãos. Se faz necessário novos estudos e propostas experimentais de modelos funcionais de agricultura urbana para que se investigue como podem se adequar ao espaço das cidades atuais em integração com as demais atividades presentes no meio urbano e para entender os impactos positivos e negativos que podem acarretar.

A proposta que norteou este presente estudo foi desenvolvida pelo Arquiteto Deloan Mattos Perini (formado pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS), e foi vencedora do Prêmio Jovem Cientista do ano de 2015, uma iniciativa do CNPq para reconhecimento de pesquisas de destaque em áreas temáticas específicas. O objetivo da proposta era criar um modelo de agricultura urbana que pudesse ser aplicado em cidades de pequeno porte, assim como na cidade de Erechim para qual o estudo foi direcionado. Dessa maneira, buscou-se favorecer a implantação de espaços verdes produtivos na cidade aproveitando terrenos e lotes em desuso, ou abandonados, interligando-os através de uma rede de equipamentos que oferecem suporte à atividade das hortas urbanas e criando conexões entre os mesmos.

Em primeiro lugar foi necessário um diagnóstico da área a fim de levantar a existência de “vazios” urbanos potenciais para o cultivo de alimentos, quantificando assim as áreas disponíveis de intervenção. A partir deste método, foi possível a identificação de zonas de atuação visando organizar e subdividir a área de estudo, traçando diretrizes específicas e vislumbrando a futura gestão do sistema. Chama atenção na proposta a preocupação em pensar a atividade como um sistema interdisciplinar de atividades que se apoiam conjuntamente o que o autor denomina de “ciclo de vida da agricultura urbana” (Figura 25):

O conceito de Ciclo de Vida aplicado à agricultura urbana busca demonstrar as etapas pelas quais um produto, no caso os alimentos, são submetidos. Cada etapa acarreta em uma série de impactos ao meio ambiente, que vão desde a extração da matéria-prima à finalização do processo produtivo, passando por sua instalação, operação e descarte no fim da vida útil. (PERINI, 2015, n.p.).

Figura 27: Diagrama demonstrativo da infraestrutura no modelo de agricultura urbana de Erechim-RS.



Fonte: PERINI(2015)

Dessa maneira, foram pensados equipamentos de apoio como: bancos de sementes e mudas, banco de alimentos, restaurante popular e centro de compostagem. Tais equipamentos fomentariam a prática da agricultura urbana e ofereceriam apoio aos agricultores no desenvolvimento da atividade, distribuindo os recursos necessários para sua continuidade. Toda essa estrutura demanda uma participação popular ativa, o que seria conquistado mediante a atividades

periódicas educativas para além das hortas, como escolas, associações, universidades e afins.

Segundo Perini (2015), o projeto também incorpora o conceito de “Paisagem Urbana Produtiva Contínua”, pelo escritório “Bohn e Viljoen Architects” (1998), que busca incorporar no projeto urbano aspectos como a infraestrutura verde, a multifuncionalidade da paisagem e o estímulo a paisagens contínuas, produtivas e globais, capazes de ultrapassar a segregação entre rural e urbano.

Figura 28: Estudo de distribuição da infraestrutura para a agricultura urbana da cidade de Erechim (RS) e croquis ilustrativos do autor.



Fonte: PERINI(2015), adaptado pela autora.

### 4.3 O SISTEMA VERDE DE PEIXINHOS: ESTRUTURANDO DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES.

Seguindo o processo de levantamento em campo das atividades existentes de agricultura urbana em Peixinhos, fez-se necessário levantar também espaços possíveis de implantação dos cultivos urbanos no território. Foi realizado levantamento dos vazios urbanos e lotes potenciais existentes para a implantação das hortas, para em conjunto com o mapeamento das iniciativas já existentes no bairro traçar possíveis “áreas de influência” da atividade no bairro, com o objetivo de disseminar a experiência das hortas ao conhecimento dos moradores e trazer mais envolvimento da comunidade.

O mapeamento revelou características diferenciadas seguindo o padrão de ocupação existente. Ao norte do Beberibe, há uma grande disponibilidade de áreas livres pelo terreno do Nascedouro que ainda está sem o devido funcionamento e um terreno adjacente destinado a futuras habitações populares. Já na outra margem, caracterizada por um tecido construtivo adensado e lotes completamente construídos, há pouca disponibilidade de terrenos vazios e quintais, o que deixa ainda mais evidente a importância dos espaços livres públicos para disseminar a agricultura urbana e integrar o Sistema Verde de Peixinhos.

Figura 29: Mapeamento dos cultivos espontâneos de Peixinhos e terrenos potenciais de implantação de hortas urbanas.



Fonte: Google Satélites 2023 e edição da autora.

Confrontando os dois mapas foi possível traçar áreas de influência (Figura 30) que seriam partes do território potenciais de disseminação da agricultura urbana. Nessas áreas, a agricultura urbana poderia ser praticada em forma de hortas comunitárias, pomares, jardins urbanos, jardins sensoriais a depender do local disponível para a prática, como quintais produtivos, cabeças de quadra, praças ou mesmo jardins verticais. Acrescentando também que cada área precisaria dispor de equipes de moradores em organização para gerirem o modelo de cultivo proposto.

Figura 30: Processo de identificação das áreas de influência da agricultura urbana em Peixinhos.

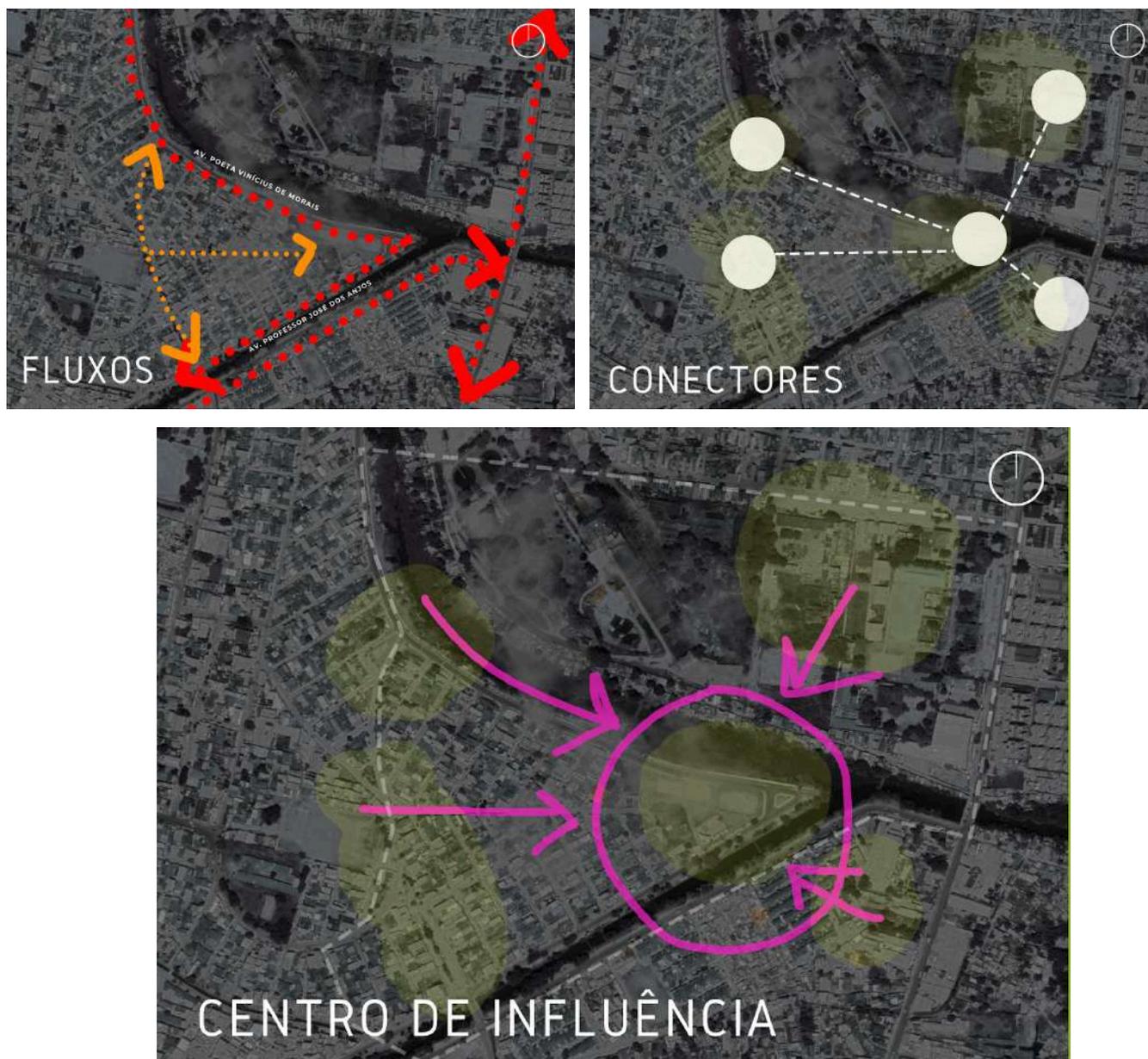


Fonte: Google Satélites 2023 e edição da autora

Estabelecidas áreas de influências principais, foram definidos os traços de conexão pela análise dos principais fluxos existentes (Figura 31 e 32), onde ficou evidenciada uma área de convergência e espraiamento de influência no terreno da Praça Flávia Negromonte (Figura 33). A intenção, portanto, é trazer para o programa da praça equipamentos que possam fortalecer os laços comunitários com a agricultura urbana, além de incentivar os princípios do estilo de vida saudável, a relação homem-natureza e bem-estar social. Por fim, visto a necessidade de restaurar o convívio da comunidade a um ambiente saudável e incentivar um planejamento urbano pautado na sustentabilidade, os conectores seriam espacializados através de corredores ambientais ou ecológicos, levando

na medida do possível a vegetação presente dos eixos naturais dos cursos d'água também para o desenho do tecido urbano, conectando os espaços livres a uma rede físico-espacial e conformando assim o Sistema Verde de Peixinhos.

Figura 31 e 32: Fluxos principais, secundários e conectores propostos. Figura 33: Identificação da possível área central de influência da agricultura urbana de Peixinhos.



Fonte: Google Satélites 2023 e edição da autora

Concebidos os pontos principais de atuação, foi possível traçar as diretrizes principais para o projeto. A princípio, tratar como foco os elementos naturais de mais força na região de Peixinhos é primordial para o funcionamento do sistema. Os cursos d'água formados pelo rio Beberibe e o canal do Arruda apesar de afetados pela poluição a ponto de terem seus sistemas bióticos completamente degradados, ainda se constituem forças naturais primordiais para o funcionamento do sistema, sendo necessário esforços para sua revitalização, que incluiria a realocação dos assentamentos irregulares a fim de restaurar sua margem e restabelecer a conexão visual e física entre as bordas d'água.

Para a área do Nascedouro, estão previstos projetos para a sua restauração e a construção de habitações sociais para o terreno adjacente. Recomenda-se a manutenção das atividades da Horta Popular Agroecológica Dandara assimilando-a num projeto futuro de uso da comunidade, visto que possui a aceitação popular na área em questão. Recomenda-se também uma maior integração entre as margens através da conexão entre os espaços livres públicos do Nascedouro e da Praça Flávia Negromonte – área objeto do projeto aqui proposto, estabelecendo um novo eixo de facilitação para o fluxo de pessoas entre as duas áreas. Para a faixa de terreno consolidada (zona laranja), recomenda-se o incentivo aos quintais produtivos e a presença de vegetação como estratégia de amenidade climática e de espraiamento dos eixos naturais para o interior do bairro, além dos espaços livres já existentes.

Com relação aos eixos propostos, propõe-se a continuidade da Avenida Poeta Vinícius de Moraes com o intuito de promover a continuidade do eixo ecológico do Beberibe e o espraiamento de sua influência pela extensão do rio. Também propõe-se um novo eixo interligando os espaços livres do terminal e da praça Flávia Negromonte com o objetivo de se tornar um caminho principal do Bairro em direção ao centro de influência da praça e um novo caminho de pedestre em direção ao Nascedouro.

Para a área consolidada de Peixinhos, a proposta recomenda pelo menos mais duas iniciativas de hortas urbanas. A primeira numa região de vazio na rua Jerusalém, que conforma uma espécie de alameda entre as frentes de residências, e outra, com a tipologia de quintal produtivo, na rua Dr. Elias Gomes. Por fim, uma readequação do sistema verde de espaços livres será insinuado na

Praça Flávia Negromonte no sentido de trazer o Centro Comunitário de Peixinhos, assim como incluir as hortas efetivamente nos espaços livres públicos, despertando as relações entre hortas e comunidades e, junto com os espaços revitalizados dos rios, conformar um espaço de apoteose da proposta concebida em Peixinhos.

Figura 34: Diretrizes espacializadas para o Sistema Verde de Peixinhos.



Fonte: Google Satélites, 2023. Edição da autora.



5. ENTRE HORTAS E RIOS:  
UMA PROPOSTA PARA A PRAÇA FLÁVIA  
NEGROMONTE.

## 5. ENTRE HORTAS E RIOS: UMA PROPOSTA PARA A PRAÇA FLÁVIA NEGROMONTE.

### 5.1 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS PARA O OBJETO DE INTERVENÇÃO.

A fim de espacializar as diretrizes concebidas no capítulo anterior para o sistema de áreas verdes de Peixinhos, foi escolhido o terreno da Praça Flávia Negromonte, localizada no encontro da recente Avenida Poeta Vinícius de Moraes com Avenida Professor José dos Santos, como área de intervenção deste trabalho, entendendo-a como uma área estratégica para o desenvolvimento e disseminação das práticas de agricultura urbana na cidade.

Figura 35: Vista aérea da praça Flávia Negromonte e vistas



Fonte: Google Satélites(2020) e acervo da autora. Edição da autora.

A Praça foi resultante das obras de infraestrutura realizadas pelo PAC Beberibe e possui um programa voltado para atividades de recreação, lazer e saúde como área de ginástica, quadra esportiva, campo de futebol e espaços destinados a eventos e festividades locais. Tais atividades serão consideradas como essenciais para o projeto que buscará trazer mais qualidade, amenidade e conforto ambiental para o espaço livre tratado e fortalecer as relações comunitárias com os espaços livres públicos locais. A paisagem do lugar, tem

aspecto árido e desprovido de vegetação arbórea expressiva sobretudo no interior e entorno da Praça, podendo se deduzir, pelo tempo recente da obra e pela implantação do projeto de infra-estrutura que trata-se de uma área desmatada para a qual a vegetação foi implantada por ocasião da execução dos trabalhos construtivos. O potencial paisagístico do Rio Beberibe pouco é aproveitado pela ausência de vegetação ou infraestruturas que promovam relações de permanência e conexão com a outra margem. Da praça, é possível observar a Torre do Antigo Matadouro de Peixinhos apesar de encoberta pelas palafitas situadas às margens do Beberibe, de modo que pouca ou nenhuma conexão existe o que torna o corpo d'água como uma barreira física espacial e visual.

Por outro lado, os canteiros ajardinados e a arborização no entorno do Canal do Arruda, proporcionam um ambiente mais convidativo ao passeio e lúdico, pela presença de espécies vegetais floridas, verdes e manifestações artísticas, apesar de contrastar com a poluição das águas canalizadas. Outro atributo significativo é a possibilidade de se navegar nas águas do Beberibe e de resgatar atividade que por muito tempo fez parte do cotidiano do bairro e dessa maneira poder-se-á proporcionar novas relações com o rio, um patrimônio natural de grande valor para o bairro de Peixinhos.

Figura 36: Fotocolagem acerca da paisagem de Peixinhos. Editado pela autora.



Aliado a essas concepções, as atividades dos cultivos populares recorrentes no cenário de peixinhos revelam-se como ações motivadoras das relações de pertencimento e de cuidado com o espaço livre público, ainda que conviva com a poluição e a insalubridade presentes no bairro. Nas margens do Beberibe, encontram-se estruturas improvisadas para espaços de convivência, ajardinados e decorados pelos moradores que funcionam como um “parque linear” de atividades e encontros para os moradores. Tais atividades modificaram o cenário de abandono e insalubridade e acabaram mascarando a realidade contrastante da outra margem.

A estratégia de potencializar os cultivos urbanos visa, portanto, ampliar uma oportunidade de fortalecer as relações de apropriação desses territórios como espaços livres e dessa maneira trazer mais qualidade ambiental para a totalidade do bairro através de ações projetuais que tragam como argumento de intervenção essa abordagem, valorizando o solo como terreno para semear. Nesse sentido, propõe-se conceber uma experiência efetiva de hortas urbanas para Peixinhos que revele e dissemine os frutos da prática comunitária existente estruturando os espaços livres públicos, incluindo-a num novo cenário. Para tanto, foram analisadas algumas experiências projetuais em contextos territoriais semelhantes que pudessem embasar as intenções projetuais para o objeto trabalhado.

### **5.1.1 Referência Projetual: Parque Gabriel Chucre.**

Localizado na cidade de Carapicuíba, zona oeste de São Paulo, o parque constitui uma proposta de compensação ambiental para a área da lagoa de Carapicuíba, antes utilizada como depósito de material escavado das obras de ampliação da calha do Rio Tietê (SERAPIÃO, 2007). O projeto de autoria do escritório “Barbieri Gorski Associados” foi vencedor do Prêmio Carlos Barjas Milan, concedido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil de São Paulo (IAB-SP), no ano de 2006 e trouxe para este trabalho elementos importantes a serem considerados. No caso de Peixinhos, especialmente pela situação similar de proximidade da área do projeto com um elemento natural hídrico de grande relevância o que, para o caso referido, foi a lagoa de Carapicuíba.

À primeira vista, chama a atenção o desenho de um eixo como uma “seta” que surge do traçado urbano e atravessa o parque apontando diretamente para a lagoa em uma borda triangular. Este eixo também distribui os usos propostos por meio de caminhos ortogonais que vão subdividindo o espaço livre em setores funcionais. Ao mesmo tempo, uma linha sinuosa vai “costurando” e amarrando o programa em torno do eixo principal e conformando também áreas de estar no interior do parque.

Figura 37: Perspectiva aérea do projeto para o Parque Público da lagoa de Carapicuíba-SP.



Fonte: Revista Projeto Design, edição janeiro, página 4, 2007.

A “praça da Proa”, como é denominada a parte final do eixo principal, demonstra uma intenção de chegada da proposta para um ambiente de contemplação e de permanência e contato com as frentes d’água, evidenciado também pela cobertura projetada em estrutura metálica que se torna um elemento de destaque no pontal. No entorno imediato, as praças d’água também trazem o elemento da água para dentro da praça de maneira interativa através de esguichos d’água. O programa da praça aqui proposta inclui atividades de recreação e convívio, dispendo de áreas de gramado para piquenique, núcleo esportivo e um centro comunitário.

Um outro aspecto referencial é a proposta de ordenamento da vegetação através de uma composição de diferentes espécies e cores formando aglomerados em áreas estratégicas para fornecer conforto e amenidade para o parque, concebido em uma área de aterro. Uma vegetação de maior porte foi insinuada para marcar o eixo principal, assim como as palmeiras contornam uma chegada secundária ao parque.

Figura 38: Montagem fotográfica contendo a implantação do projeto e perspectivas.



Fonte: Revista Projeto Design, edição janeiro, página 4, 2007.

### 5.1.2 O Paisagismo do Parque Mangal das Garças de Rosa Kliass.

O Parque Mangal das Garças, situado em Belém do Pará, foi considerado também para o estudo deste trabalho pela capacidade de harmonizar a natureza com a intervenção humana, para conformar espaços de amenidade e significado. Além das passarelas, o parque oferece uma variedade de espaços de lazer e contemplação, incluindo jardins temáticos, áreas de piquenique e mirantes. Cada espaço proporciona ao visitante uma experiência de contato com a natureza local, cuja preservação é uma das linhas de força do projeto da paisagista Rosa Kliass.

Para tanto, o projeto do parque se utiliza de estruturas como pergolados e passagens elevadas de mínimo impacto sobre a vegetação e margeando as formas da água, que adentram também ao projeto por meio de traços e percursos sinuosos entre as vegetações. Em suma, o projeto de Kliass é um exemplo inspirador de respeito ao ambiente natural resultando num espaço não somente de relaxamento e permanência, mas de promoção ao respeito e à consciência ambiental.

Figura 39: Perspectiva aérea do projeto para o Parque Mangal das Garças, Belém-PA.



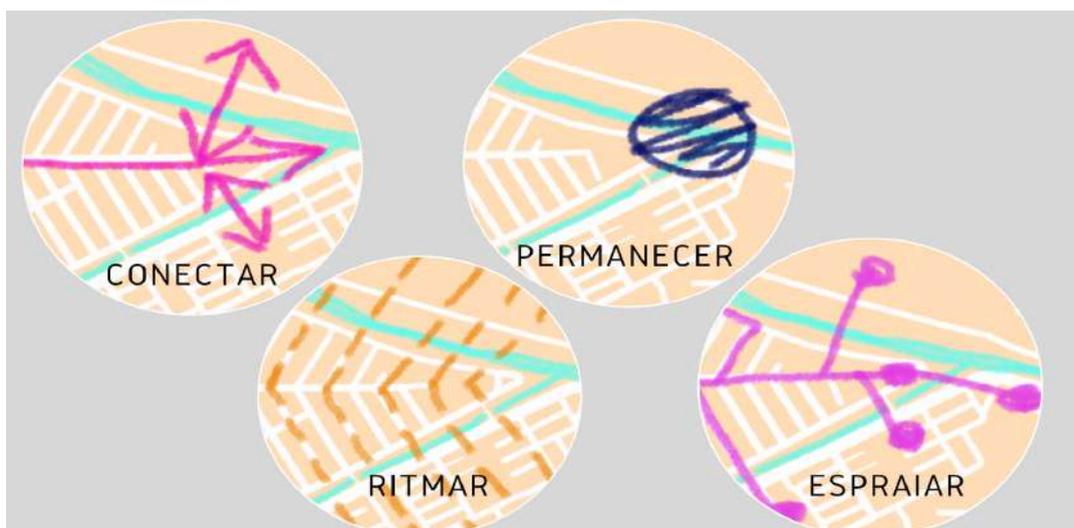
Fonte: Viver o Brasil (2024).

## 5.2 TRAÇOS PROJETUAIS PARA PEIXINHOS.

Semelhantemente ao projeto do Parque Gabriel Chucre, o terreno da Praça Flávia Negromonte integra-se no traçado urbano como uma espécie de confluência que finaliza em um “pontal” formado pelo encontro das águas do Beberibe e do Canal do Arruda. Como programa principal, a praça oferece espaços de promoção de saúde como área de ginástica, quadra esportiva, campo de futebol e espaços de reunião e festividades como o anfiteatro, cujos usos já se desenvolvem na área pela comunidade local, atualmente. Apesar de atender às demandas da comunidade de peixinhos e os bairros adjacentes, pouca ou nenhuma conexão existe com a margem do nascedouro, que também pertence ao município Recifeense.

O primeiro traço, enquanto princípio projetual concebido, parte do conceito-guia de “**Conexão**”, buscando insinuar diretamente no desenho da praça os dois eixos como principais de fluxo. O primeiro deles refere-se ao fluxo da própria comunidade ao interior da praça e à redescoberta da paisagem do Rio Beberibe e seu entorno. Este, parte como uma extensão da “Rua Passarela” que, como o nome insinua, atravessará a zona residencial e também a praça Flávia Negromonte em direção ao pontal, marcando uma chegada ao encontro das águas. O segundo corresponderá ao intuito de conectar com a outra margem do rio e redescobrir a paisagem requalificada do Nascedouro de Peixinhos, cujo projeto encontra-se em andamento.

Figura 40: Esquema de gestos projetuais para o estudo preliminar. Elaborado pela autora



Para a definição dos caminhos secundários das praças, o segundo traço projetual busca o “ritmo” trazido pelo tecido urbano em forma de espinha de peixe, rebatendo-o no desenho da praça e evidenciando a chegada para o Beberibe. Na chegada ao encontro das águas, cria-se a possibilidade de “permanecer” e “contemplar”, concebendo-se um espaço de calma e respiro após o ritmo acelerado da cidade. As bordas d’água que atravessam e contornam o bairro também serão refletidas para a praça em contraste com a aridez do concreto e a pouca vegetação existente, trazendo o elemento “água” para o eixo principal numa praça molhada e espelho d’água para compor o pátio principal da praça.

Figura 41: Estudos iniciais de projeto para a praça Flávia Negromonte, 2023. Acervo da autora.



A definição dos espaços internos partiu da intenção de preservar os usos de recreação e lazer característicos, adicionando as hortas urbanas ao cotidiano da praça como “**espraiamento**” das atividades de cultivo já praticadas no entorno da praça e tornando-as também pontos de atratividade e práticas de educação ambiental. Atrelado aos usos previstos, propõe-se a criação de um novo equipamento de suporte - Centro de Apoio Comunitário - para fomentar e disseminar o desenvolvimento das atividades de agricultura urbana e que também venha servir ao bairro de peixinhos como ponto de apoio para atividades socioculturais, comunitárias e educativas.

### 5.3 ESTUDO PRELIMINAR PARA A PRAÇA FLÁVIA NEGROMONTE.

Como resultado dos estudos referenciais e projetuais realizados ao longo do desenvolvimento deste trabalho, descreve-se a seguir a proposta de intervenção paisagística para a Praça Flávia Negromonte. No Plano Geral, procura-se demonstrar as relações propostas de conexão através das pontes sobre o Beberibe e sobre o canal, cujas continuidades adentram o espaço da praça como entradas secundárias, marcadas por pergolados vegetados. Os conectores viários para a praça funcionariam como corredores verdes marcados por vegetação arbórea e englobando o conceito do espraiamento para outras áreas do bairro e do entorno.

Para o Eixo principal, o desenho que por vezes se abre para espaços de aglomeração, também se afunila para espaços de passeio e passagem, continuando até a chegada ao pontal. Uma marcação secundária de piso perpassa todos os equipamentos propostos e por vezes adentra o terreno de modo a tornar intuitivo ao transeunte os caminhos para o pátio interno e para as hortas. Buscou-se também setorizar os usos na praça como demonstrado a seguir.

Figura 42: Plano Geral: Estudo Preliminar para a intervenção paisagística da praça Flávia Monte Negro em Peixinhos, Recife-PE. (Ver Anexo A)



Fonte: Elaborado pela autora.

Revelou-se também na proposta a intenção de trazer a água para o interior do projeto numa alusão às bordas d'água que contornam a praça e também se encontram num espaço de respiro, contemplação e permanência (Figura 42, número 9) e o Deck (Figura 42, número 10). O espelho d'água conforma um elemento principal que demarca um pátio interno formado pelos demais usos para praça como um local de encontro e convivência, insinuando a internalização das águas que bordejam suas margens. Seguindo este ideal, propõe-se na área

central da praça o piso em pedra cariri (rocha sedimentar terrosa) com o intuito de trazer um tom acolhedor, convidativo e natural para o espaço interno da praça. O eixo principal sinaliza a direção ao pontal de maneira a aludir o encontro com as águas, configuradas como uma praça d'água com esguichos para banhos (Figura 42, n.7), visando proporcionar uma sensação estética e sensorial proposta

pelo projeto, alinhada ao intuito de fornecer uma experiência de bem-estar, conforto e lazer.

Para o eixo secundário, foi escolhida uma marcação de piso específica que induza o transeunte também para o interior da praça, possibilitando ao mesmo a opção de percorrer todos os usos. Neste caminho, será previsto o piso em placas de concreto pelas características de resistência do material à circulação de pessoas, no entanto, a presença da pedra cariri também será insinuada entre as placas em forma de juntas, de modo a contrastar com a rigidez do concreto. Já para as áreas de atividades como lazer, recreação e ginástica, englobando também o pátio interno do Centro de Apoio Comunitário (Figura 42, n.5) será previsto o uso do piso cimentado que proporcionará o nivelamento e a estabilidades necessárias para o desenvolvimento das atividades previstas, além de ser uma opção de baixo impacto ambiental.

Figura 43: Quadro de texturas de Piso.

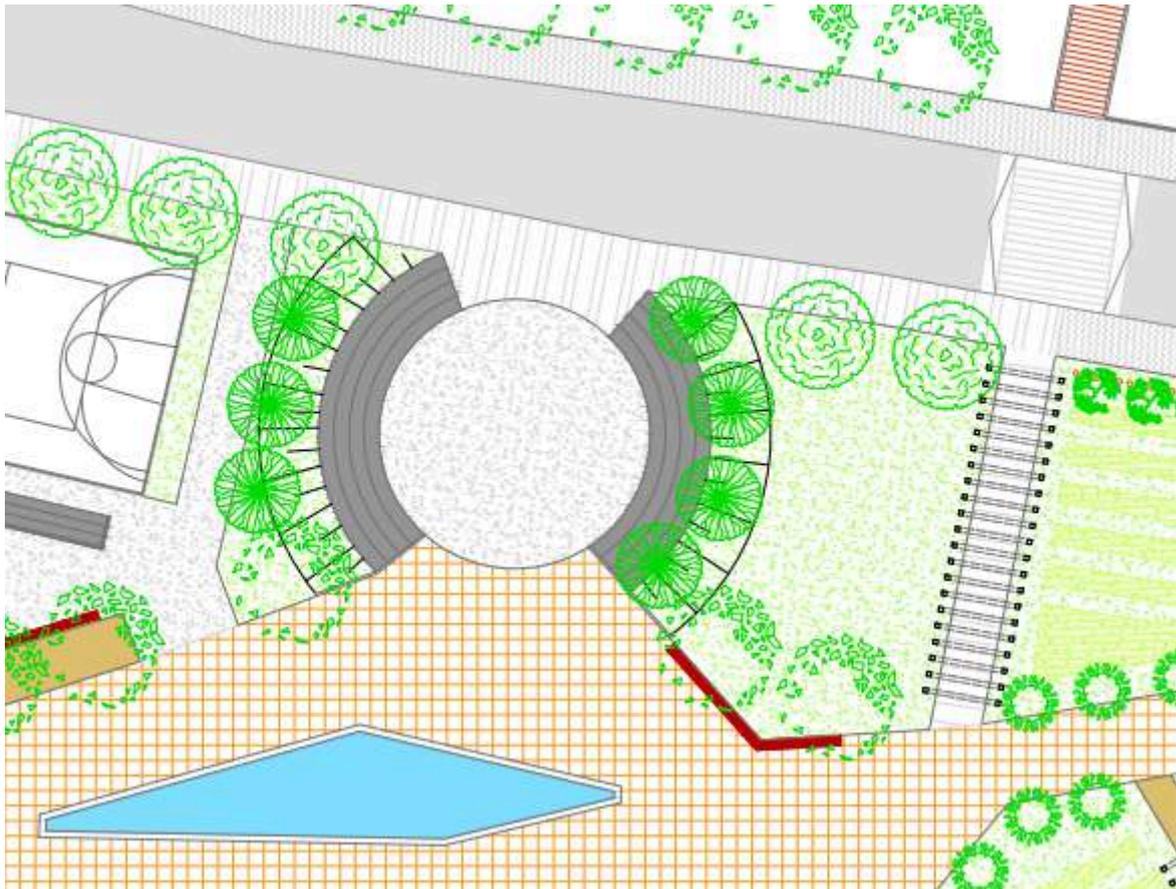


Fonte: Pinterest (2024), editado pela autora.

Conectando as áreas de intenso fluxo com os recantos de amenidade previsto pelas linhas d'água, foram propostos panos ou tapetes verdes de hortas e gramados em solo natural (Figura 44) que se destinarão ao usufruto da comunidade, distribuindo-se ao longo do eixo principal e percorridas internamente por caminhos insinuados. Para o anfiteatro, propõe-se um talude gramado que acompanhe a borda do equipamento já construído, de maneira que os usuários da praça possam repousar e permanecer em contato com as áreas vegetadas. Para as hortas urbanas, destinam-se duas porções do terreno, ladeando o eixo principal, e como ponto de chegada das entradas secundárias da praça tanto para

o transeunte quanto para receber os visitantes vindos do Nascedouro, do outro lado do rio Beberibe, e dos bairros adjacentes.

Figura 44: Representação do talude e pergolado em planta. (Ver Anexo B)



Fonte: Elaborado pela autora.

As hortas urbanas previstas para o espaço da praça proposta, além dos benefícios já citados de fortalecimento das relações comunitárias, constituem uma oportunidade de oferecer exemplos de educação ambiental, segurança alimentar e conexão com a natureza. Recomenda-se no projeto áreas de plantio com cercamento de alambrados rústicos em madeira, nos lados voltados para intenso fluxo e calçadas, enquanto que a parte do eixo interno principal estaria livre para a circulação no interior das hortas. Como equipamento de suporte, o Centro de Apoio Comunitário encabeçaria as ações de manutenção e educação sustentável, além de atender às possíveis demandas da comunidade de Peixinhos por saúde, eventos e cultura, podendo também servir de sede para os grupos artísticos da região.

Figura 45: Representação da Horta Urbana em planta. (Ver Anexo B)



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 46: Croqui da Horta Urbana de Peixinhos.



Fonte: Elaborado pela autora.

O caminho das hortas seguirá para o encontro com as águas revelando uma nova percepção da paisagem do Rio Beberibe e do Canal. A pequena praça que serve de “respiro” urbano prevista na travessia da Praça Flávia Negromonte pela Avenida Professor José dos Santos, constitui a formação de um recanto de amenidade e tranquilidade para os transeuntes. Intenciona-se com ela, a proximidade com a vegetação existente e com espaços de estar sombreados previstos. Um pergolado nesse local foi proposto para um desvio do caminho em linha reta, oferecendo um convite ao desfrute de um recanto ajardinado mais reservado.

Para o lado do Beberibe, procurou-se resgatar a relação da comunidade com o rio e sua paisagem por meio de arquibancadas em concreto numa área onde a vegetação nativa foi suprimida para a construção de infraestruturas de contenção em pedra das margens e das calçadas. Com vista a atribuir ao local mais naturalidade, um deck em madeira foi proposto na margem da confluência das águas para favorecer a proximidade esperada com o Rio Beberibe, podendo também servir de ponto de ancoragem para atividades náuticas como a canoagem, pesca e o transporte fluvial, que já ocorrem na área, podendo ser mais estimuladas.

Figura 47: Elsa Eschelsson's Park, referência projetual para arquibancada a beira-rio.



Fonte: Landezine 2024.

#### 5.4 SOBRE O ORDENAMENTO DA VEGETAÇÃO URBANA E HORTAS.

Com a finalidade de prever conforto e o embelezamento natural da paisagem da Praça Flávia Negromonte, o ordenamento da vegetação proposta visa trazer também uma riqueza de texturas e cores à paisagem da praça. Foram escolhidas espécies recomendadas pelo manual de arborização do Recife para priorizar espécies adaptadas ao clima da cidade e para marcar os principais conectores e passagens da praça.

Figura 48: Esquema demonstrativo de disposição da vegetação segundo as espécies.



Fonte: Elaborado pela autora.

A começar pela Avenida Poeta Vinícius de Moraes, que margeia o rio Beberibe, uma marcação da espécie Cássia-Rosa (*Cassia grandis*) nos dois lados da via, margeando a área da quadra poliesportiva e do parque infantil, para o contorno do Centro de Apoio Comunitário e também chegando à arquibancada beira-rio para fornecer sombra e uma estética diferenciada especialmente pelas flores rodadas características de sua floração.

Um corredor de Cássias-grandes também marcará um cordão vegetado para a entrada da praça correspondente à “Rua da Passarela” e contornando a área de ginástica. Para a edificação do Centro de Apoio comunitário, foram escolhidas a espécie Macaíba (*Acrocomia aculeata*) para face voltada ao pátio interno marcando também o início do eixo principal. Outras duas espécies escolhidas para a composição vegetal proposta foram a Pata-de-Vaca (*Bauhinia forficata*) e a Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*) que são espécies de pequeno e médio porte, respectivamente, para compor em conjunto com as demais espécies o entorno do anfiteatro e os caminhos internos do parque.

Para o local das hortas urbanas, optou-se por uma massa arbórea de pequeno porte, visando proporcionar a disponibilidade de luz solar para as horas e experiência sensorial para os pedestres. Para tanto, foram indicadas duas espécies frutíferas - a acerola e a pitangueira - que são espécies típicas do Recife e também muito presentes em quintais e jardins da cidade. Dessa maneira a praça pode ser vista como uma extensão dos lares, como um “quintal urbano”. Para o eixo Central em direção a praça d'água, uma passagem florida de Jasmim Manga (rosas) para destacar o percurso do grande eixo.

Para as espécies vegetais destinadas às hortas, recomenda-se o plantio de herbáceas e hortaliças que necessitam de pouco espaço para plantio e que sejam de fácil manejo, garantindo uma maior diversidade das espécies cultivadas, mais rotatividade para a colheita e tornando a atividade de fácil apreensão para os voluntários que estarão em aprendizado.

Figura 49: Espécies recomendadas para a Horta Urbana de Peixinhos.



Fonte: Pinterest 2024, elaborado pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as práticas de plantio no meio urbano têm aumentado nas últimas décadas tornando-se um instrumento real para a formação de novos hábitos da sociedade contemporânea que mudam a mentalidade quanto à proteção e manutenção de fragmentos de natureza nos centros urbanos. Essa mudança traz a possibilidade de fortalecer os esforços para redução dos índices de insegurança alimentar e para promover qualidade ambiental para as cidades, sobretudo nas periferias urbanas.

A medida em que captou a essência da abordagem, a presente investigação buscou associar a prática dos cultivos urbanos ao exercício do ato projetual paisagístico, utilizando-os como um procedimento metodológico de intervenção na paisagem, ordenando os espaços livres públicos de modo a formar uma rede de espaços interconectados segundo as dinâmicas biofísicas e socioculturais do meio urbano. Com isso, busca-se contribuir para fortalecer ações concretas não somente em prol da defesa dos processos naturais na cidade e práticas socioculturais locais preexistentes, mas também potencializar as inter-relações sociais das comunidades entre si e com os espaços livres públicos, fortalecendo laços e promovendo a coesão e o trabalho coletivo em prol da sociedade e do meio ambiente como um todo.

Acredita-se que trabalhos que se inserem nessa linha de abordagem somente podem contribuir para o estudo da sustentabilidade urbana e de formas de conservar os valores socioculturais e ambientais locais. Porém, compreende-se também que uma intervenção urbano-paisagística por si só não deve surtir efeito de imediato ou direto, levando-se em conta as dimensões dos problemas apontados. É necessário que haja um engajamento comunitário mais amplo, atingindo os mais diversos grupos sociais da área e que propostas como esta sejam discutidas amplamente entre toda a comunidade, abordando os problemas socioambientais em todas suas dimensões e colocando em pauta as questões mais cruciais do bairro.

Nesse sentido, conclui-se que para a presente proposta de intervenção paisagística viesse a ter resultados de efeito real, de modo a atingir diretamente a

comunidade alvo, seria necessária a participação mais efetiva da mesma, mediante um processo de consultas, utilizando-se de auscultas mais precisas e abarcando os diversos grupos sociais organizados da comunidade, inserindo a participação destes no processo de elaboração do estudo preliminar, por meio de oficinas e imersão comunitária. Contudo, considera-se válido o exercício de se pensar e realizar uma proposta de intervenção paisagística para um espaço livre público, localizado na periferia urbana do Recife, que hoje se encontra em estado precário de conservação, subutilizado com relação aos seus potenciais usos e funções, seguindo uma abordagem que se insere nos princípios da sustentabilidade socioambiental e da conservação dos valores naturais e culturais locais.

Espera-se com este estudo, estimular e provocar, para além da questão socioeconômica, a experimentação da agricultura urbana em suas mais diferentes formas de espacialização do tecido urbano, entendendo as hortas como uma resposta criativa e sustentável aos desafios contemporâneos enfrentados pelas cidades.

## REFERÊNCIAS

Nazareno, L. S. Q. Braga Ribeiro Júnior, J., Marcos Esmeraldo Bezerra, A., & De Almeida Guimarães, M. (2022). ASPECTOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA URBANA NO BRASIL: UMA REVISÃO. *Anais Da Academia Pernambucana De Ciência Agrônômica*, 19(1). Recuperado de <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/4556>

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. Espaços Livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção Europeia da Paisagem. Florença, 2000.

COUTINHO, Maura Neves. Agricultura Urbana: Práticas Populares e sua Inserção em Políticas Públicas. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010.

DE PAULA, Zuleide de. Peixinhos: Um rio por onde navegam um povo e suas histórias, 2º ed. Recife: MAGIS, 2009.

GIRARDET, H. (2007). Criar Cidades Sustentáveis. Edições Sempre-em-Pé. Águas Santas

HERZOG, Cecília. Infraestrutura verde para as cidades mais sustentáveis: produtos e sistemas relativos à infraestrutura. Rio de Janeiro, 2010.

IFLA AMÉRICAS. Carta da Paisagem das Américas. Conferência Regional. IFLA-AR; UAM-A, 2018.

MOUGEOT, L.J.A. (2000). Agricultura Urbana: conceito e definição. *Revista de Agricultura Urbana* n.º1;

PERINI, Deloan Mattos. Modelo de Agricultura Urbana como Inovação no Processo de Abastecimento de Alimentos em Cidades de Pequeno Porte. Prêmio Jovem Cientista - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim, 2015.

PINTO, Rute Sofia Borlido Fiúza Fernandes. Hortas Urbanas: Espaço para o Desenvolvimento Sustentável de Braga. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Municipal) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Braga, 2007.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Lei de Uso e ocupação do Solo da Cidade do Recife. Lei n. 16.176/1996. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupação-do-solo-recife-pe/](https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-recife-pe/). Acesso em: 20 out. 2020.

TARDIN, Raquel. ESPAÇOS LIVRES: Sistema e Projeto Territorial. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2008.

TEIXEIRA, D. M. D. C. L.. (2016). Hortas Urbanas: Um contributo da arquitetura para a integração das Hortas Urbanas na (re)qualificação da cidade.. (Doctoral Dissertation).

VIDEIRO ROSA, Pedro Paulo. POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL, Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-17 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica. Disponível em:

\_\_\_\_\_.PREMIAÇÃO IABSP | IAB SP - Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo. Disponível em: <<https://www.iabsp.org.br/premiacao-iabsp/#17premiacao>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

\_\_\_\_\_.Parque Gabriel Chucre - Carapicuíba - SP - barbieri gorski. Disponível em: <<https://www.barbierigorski.com.br/Desenho-Urbano/Parque-Gabriel-Chucre-Carapicui-SP>>. Acesso em: 1 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. Análise, Ordenação e Projeto da Paisagem: uma abordagem sistêmica. Rio de Janeiro: Rio Books. UFRJ.PROURB, 2018. Acesso em:1 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. A História de Peixinhos: dois bairros e um só coração. Acessado em 2023. Disponível em: <https://vozesdazonanorte.blogspot.com/search?q=Peixinhos>

\_\_\_\_\_. Peixinhos. Acessado em 2023. Disponível em: <https://movimentobocalixo.wordpress.com/Peixinhos/>

\_\_\_\_\_. Plano de agroecologia urbana do Recife.pdf. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1aiq4-5oMpY5fn7KH7qSVI3\\_Rx0\\_k0crj/view](https://drive.google.com/file/d/1aiq4-5oMpY5fn7KH7qSVI3_Rx0_k0crj/view)>. Acesso em: 9 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria-Executiva de Agricultura | Prefeitura do Recife. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-executiva-de-agricultura>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Hortas Urbanas garantem alimentação saudável e ocupam espaços ociosos da cidade. Acessado em 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/01/21/hortas-urbanas-garantem-alimentacao-saudavel-e-ocupam-espacos-ociosos-das-cidades>

\_\_\_\_\_. Mulheres que plantam vida da cidade, Acesso em 2024. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2017/08/03/mulheres-que-plantam-vida-na-cidade/>

\_\_\_\_\_. Viver o Brasil: Mangal das Garças, em Belém. Disponível em: <<https://live.apto.vc/viver-o-brasil-mangal-das-garcas-em-belem/>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

# ANEXOS

---

1. PLANO GERAL DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA 1/1000.
2. PLANTA DE PAGINAÇÃO E PISO 1/500.
3. QUADRO DE VEGETAÇÃO.



LEGENDA:

- 1 ÁREA INFANTIL
- 2 ÁREA DE ESPORTES E GINÁSTICA
- 3 ANFITEATRO
- 4 ESPELHO D'ÁGUA
- 5 PÁTIO INTERNO
- 6 HORTA
- 7 PRAÇA D'ÁGUA
- 8 PONTILHÃO
- 9 PRAÇA RESPIRO
- 10 DECK COM ARQUIBANCADA
- 11 PONTE PROPOSTA PARA O NASCEDOURO



# ENTRE HORTAS E RIOS

DIRETRIZES PARA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO BAIRRO DE PEIXINHOS, RECIFE -PE.

ALUNA: ADRIANA PAIVA  
 ORIENTADORA: ONILDA GOMES BEZERRA  
 COORIENTADOR: CÉLIO ROCHA

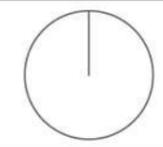
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
 CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
 APENDICE 1- PROPOSTA DE INTERVENAÇÃO PARA A PRAÇA FLÁVIA MONTENEGRO E ENTORNO.

 EDIFICAÇÃO PROPOSTA PARA CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO

 ARBORIZAÇÃO PROPOSTA  
 ARBORIZAÇÃO EXISTENTE

 EDIFICAÇÃO PREVISTA (CRECHE)

ESCALA 1/1000



PRANCHA: 1/2



# ENTRE HORTAS E RIOS

ESTUDO PRELIMINAR DE INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA DA PRAÇA FLAVIA NEGROMONTE EM PEIXINHOS, RECIFE-PE-PLANO GERAL DE PAGINAÇÃO E VEGETAÇÃO.

ALUNA: ADRIANA PAIVA  
 ORIENTADORA: ONILDA GOMES BEZERRA  
 COORIENTADOR: CÉLIO ROCHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
 CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

## LEGENDA:

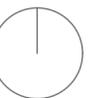
### PISOS:

- |  |  |  |              |
|--|--|--|--------------|
|  | PEDREA CARIRI                                |  | CONCRETO     |
|  | PLACA DE CONCRETO COM JUNTAS DE PEDRA CARIRI |  | AREIA        |
|  | PISO CIMENTADO                               |  | COBOGRAMA    |
|  | SOLO NATURAL RECOBERTO COM GRAMA             |  | TERRA BATIDA |

### VEGETAÇÃO:

- |  |             |  |                    |
|--|-------------|--|--------------------|
|  | CÁSSIA-ROSA |  | PITANGA OU ACEROLA |
|  | IPÊ-ROXO    |  | PATA DE VACA       |
|  | CRAIBEIRA   |  | JASMIM-MANGA       |
|  | QUARESMEIRA |  | MACAÍBA            |

ESCALA 1/500



PRANCHA: 2/2

# QUADRO DE VEGETAÇÃO PROPOSTA



**CÁSSIA-GRANDE**

*Cassia grandis*

Fonte: Pinterest, 2024



**IPÊ-ROXO**

*Handroanthus  
impetiginosus*

fonte: Pinterest, 2024



**CRAIBEIRA**

*Tabebuia aurea*

Fonte: Projeto Caatinga, 2024.



**QUARESMEIRA**

*Tibouchina granulosa*

Fonte: Mario Franco, 2011.



**MACAÚBA**

*Schizolobium parahyba*

Fonte: jardineiro.net, 2024.



**PATA-DE-VACA**

*Bauhinia forficata:*

Fonte: Garden Oficina da  
Terra, 2024.



**PINTANGA**

*Eugenia uniflora*

fonte: Pinterest, 2024



**ACEROLA**

*Malpighia emarginata*

Fonte: Construindodecor, 2024.



**JASMIN-MANGA**

*Plumeria rubra*

Fonte: Tuacasa.com, 2024